



TEORIA DO CAOS

Robert P. Murphy

Teoria do Caos

Por: Robert P. Murphy

Teoria do Caos

DOIS ENSAIOS SOBRE A ANARQUIA DE MERCADO

_____por_____ Robert P. Murphy

Segunda edição

Tradução por: Fernando Lopes De Maria

LvMI
Instituto Mises

S mario

Prefácio da segunda edi�o Estadunidense.....	7
Prefácio da edi�o Brasileira.....	12
Lei privada.....	15
Defesa privada.....	45
Bibliografia sobre anarcocapitalismo.....	67

Prefácio da segunda edição em inglês.

No final de 2001, eu escrevi uma série de artigos sobre direito privado para o website anti-state.com, o qual apresentava artigos e um fórum de conversas para anarcocapitalistas. Em seguida, escrevi um ensaio sobre defesa privada—ou seja, como o livre-mercado lidaria com o problema de uma invasão militar estrangeira — e o submeti para Jeremy Sapienza, o editor do site, para ser incluído na sua revista impressa. Jeremy me escreveu de volta dizendo que o ensaio era muito importante para uma revista com circulação limitada e instigou-me a transformá-lo em um livro. Então, nasceu o Teoria do Caos. (o título também foi ideia do Jeremy).

Sendo um autor não publicado e motivado por suposições completamente irrealistas sobre a demanda por um panfleto independente sobre anarquia de mercado, eu naturalmente decidi por autopublicar a primeira edição do Teoria do Caos, na RJ Communications, na cidade de Nova York.

Estava cursando a minha pós-graduação na NYU na época, então era fácil para mim visitar seus escritórios e ver que eles realmente existiam antes de eu mandar o cheque para eles.

Combinei os artigos sobre leis privadas em um único ensaio, espelhando a estrutura da parte sobre defesa privada. Arranjei com Robert Vroman—outro ancap na casa dos seus 20 anos— para fazer uma incrível capa. O livro físico estava disponível em maio de 2002. Não me lembro o número exato de cópias que tive que imprimir—

acredito que foram 1.500 cópias — mas posso afirmar com certeza que não sabia que iria demorar quase 8 anos para vender todas!

Ainda que o país não tenha experienciado uma onda de grande despertar libertario, como eu esperava, ainda é encorajador que estejamos em posição de publicar a segunda edição do livro. Embora minhas visões tenham amadurecido desde a publicação original, ainda acredito que os ensaios são uma boa introdução para quem se pergunta, “como raios o livre mercado proveria os serviços de polícia e defesa ?!”.

Tentei conscientemente manter os argumentos do livro muito práticos, para que apelassem a um público maior de leitores. A maioria das outras introduções ao anarcocapitalismo começa argumentando em favor de um de um sistema de valores particular baseado em objetivismo, utilitarismo ou direitos naturais. Embora um pensador profundo precise explorar as bases filosóficas de seus julgamentos, entretanto, assumi que essas perguntas mais profundas eram na verdade irrelevantes para os argumentos centrais da Teoria do Caos. Pois, no final do dia, penso somente que todos chegariam ao consenso de que seria bom se pudessemos viver numa sociedade sem taxaço sistemática, roubo e grandes exércitos perpétuos. O problema não é tanto um princípio, mas um problema pragmático: a maioria das pessoas acredita (INCORRETAMENTE) que o governo simplesmente precisa prover leis e serviços de defesa, ou a civilização colapsará em si mesma.

Tentei conscientemente manter os argumentos do livro muito práticos, para que apelassem a um público maior de leitores. A maioria das outras introduções ao anarcocapitalismo começa argumentando em favor de um de um sistema de valores particular baseado em objetivismo, utilitarismo ou direitos naturais. Embora um pensador profundo precise explorar as bases filosóficas de seus julgamentos, entretanto, assumi que essas perguntas mais profundas eram na verdade irrelevantes para os argumentos centrais da Teoria do Caos. Pois, no final do dia, penso, somente, que todos

chegariam ao consenso de que seria bom se pudéssemos viver numa sociedade sem taxaço sistemática, roubo e grandes exércitos perpétuos. O problema não é tanto um princípio, mas um problema pragmático: a maioria das pessoas acredita (INCORRETAMENTE) que o governo simplesmente precisa prover leis e serviços de defesa, ou a civilização colapsará em si mesma. Em essência, um sistema de leis privadas significa que pessoas que não conseguem chegar a um consenso por si sós irão, literalmente, procurar a opinião de um terceiro. Claro que, na economia ocidental moderna, verdadeiros sistemas legais privados irão levar a um treinamento especializado e a codificações contratuais do papel do juiz em apreciar as opiniões e emitir parecer sobre o caso trazido a ele. Ainda assim, a essência do juiz manter-se-ia a mesma no sistema privado.

O trabalho do juiz seria de opinar sobre o que a “lei ” tem a dizer sobre a disputa em particular, quer a lei seja entendida como costumes tribais passados adiante por gerações, ou talvez como uma teia de contratos voluntários e práticas lucrativas que evoluíram espontaneamente em uma sociedade capitalista moderna .

Uma última coisa: quero deixar claro que não estou aqui para tomar partido no escopo próprio de construções de teorias legais a priori versus uma abordagem de lei mais aberta onde “a lei certa é o que o mercado diz que é ”, sendo esta a posição de alguns pensadores nessa área. Estou esboçando as forças do mercado que operam um nível acima desse nível de análise. Em uma analogia, um economista pode discutir sobre o mercado de livros didáticos de geometria, sem necessariamente tomar partido sobre se ou não as provas euclidianas são realmente universalmente válidas ou se, em vez disso são populares somente pelo fato de serem úteis a engenheiros para construir pontes e outras tarefas da engenharia. Da mesma forma , um economista pode explicar as vantagens de um sistema legal privado em relação a um sistema governamental coercitivo, sem se aprofundar em minúcias de como o sistema legal ideal seria— ou se tal coisa existiria, Essas questões são

importantes, sem dúvida; entretanto acredito que elas são tangenciais ao caso de uma lei privada.

Com esses esclarecimentos em mente, espero que o leitor goste dos seguintes ensaios. Em minha experiência, a partir do momento que conseguimos imaginar a possibilidade de uma sociedade sem Estado, a questão do anarcocapitalismo ou “anarquia de mercado” se torna óbvia.

Robert P. Murphy
Dezembro 2009.

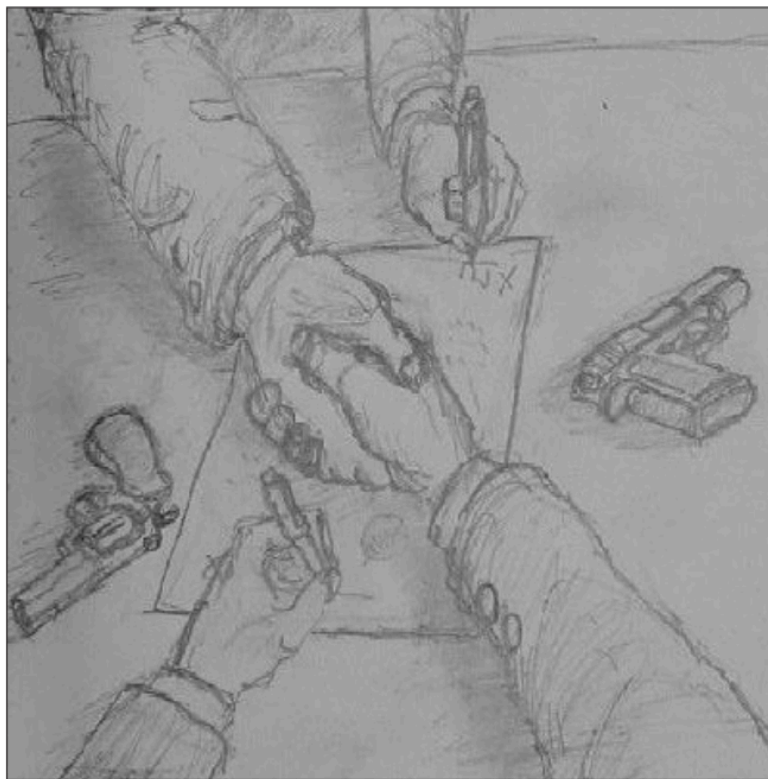


Illustration: Robert Vroman

Prefácio da edição Brasileira

O homem nasce sem garras ou presas, sem uma armadura de pele ou um escudo de escamas, sem a força física de um predador ou a velocidade de uma presa. Ele nasce sem armas, mas nasce com um cérebro — uma ferramenta que não lhe garante a sobrevivência automática, mas que exige de sua vontade o esforço de pensar para conquistar sua existência.

Este trabalho é, acima de tudo, um tributo a essa premissa. Traduzir *Chaos Theory*, de Robert Murphy, para o português em um país assolado por ciclos de inflação, recessão e por uma classe política que, em sua arrogância, frequentemente se comporta como se fosse a detentora dos destinos alheios, é um exercício prático dessa necessidade de pensar e agir.

Muitos diriam que, diante das adversidades materiais que encontrei durante este projeto — o desemprego, a incerteza, as dificuldades de não ficar amigo da corja socialista —, eu deveria ter escolhido o caminho da resignação. No entanto, sinto-me feliz. Minha felicidade não decorre de uma desconexão com a realidade, mas da constatação de que estou cercado pelos 'ombros de gigantes'. Não falo apenas dos grandes pensadores da Escola Austríaca ou dos teóricos do anarcocapitalismo, cujas ideias balizam este livro, mas de todos os empreendedores, engenheiros e inventores anônimos que construíram o mundo moderno.

As ferramentas que utilizei para realizar esta tradução — o computador, a internet, o acesso ao vasto oceano de informações do Google e a inteligência artificial — não são apenas 'tecnologia'. Elas são riquezas acumuladas, monumentos à inteligência humana que me permitiram, mesmo em circunstâncias desafiadoras, caçar oportunidades, realizar *networking* e construir este projeto ao mesmo tempo. Este livro é, portanto, a prova de que a inteligência e o livre mercado são os únicos antídotos reais contra a mediocridade estatal. Que esta tradução seja, para o leitor brasileiro, um convite a olhar para o futuro não como um domínio de oráculos ou

governantes, mas como um campo aberto para o exercício da própria mente.

Entretanto, entendo que a aplicação dessas ideias à nossa realidade exige mais do que a leitura técnica; exige uma ponte entre a teoria austríaca e os gargalos institucionais que travam o Brasil. Por essa razão, preparei uma *Edição Comentada* deste livro, contendo notas explicativas e um aparato crítico que contextualiza os conceitos de Murphy com o nosso histórico de instituições, a regulação do setor financeiro e os desafios de segurança pública que enfrentamos. Abaixo, apresento a capa deste projeto em desenvolvimento. Em breve, disponibilizarei o acesso a este conteúdo para todos os leitores interessados em aprofundar o debate.



Em Breve !
Fernando Lopes D.M Maio 2026.

Lei Privada

1

Sem dúvida, o sistema jurídico é uma das facetas da sociedade que supostamente requerem a provisão estatal. Até mesmo campeões do *laissez-faire*, como Milton Friedman e Ludwig von Mises, acreditavam que um governo deveria existir para proteger a propriedade privada e definir as “regras do jogo” .

Entretanto, seus argumentos focam na necessidade da lei em si. Eles simplesmente assumiram que o mercado seria incapaz de definir e proteger os direitos de propriedade privada. **Eles estavam errados.**

Nesse ensaio, argumento que a eliminação do Estado não levará a uma sociedade anômica. Emergirão instituições voluntárias que resolverão as disputas que surgirem, pacificamente² e de maneira eficiente. Não somente a lei do mercado será mais eficiente, como também mais justa do que a alternativa estatal.

Da mesma forma que os falcões da direita defendem a noção orwelliana de que guerra é paz e os egalitaristas da esquerda com sua acreça de que escravidão é liberdade³; os facões travam, incessantemente, guerras para acabar com a guerra, enquanto social-democratas

¹ Esse artigo é baseado em 3 artigos originalmente publicados no anti-state.com [N.T]: O site mencionado pelo autor encontra-se atualmente fora do ar ou não hospeda mais o conteúdo original citado nesta edição nem no way back encontrei ele.

² Mais precisamente, disputas serão conduzidas relativamente pacificamente; força pode ocasionalmente ser necessária. Ainda que a anarquia de mercado não seja pacifismo, notemos que verdadeiro pacifismo—a recusa em se utilizar de violência—implica em anarquismo, dado que todas as ações estatais são baseadas em (ameaça de) violência.

³ No original, “FREEDOM IS SLAVERY” George Orwell, 1984(New York: Signet Classics, 1984),pg7

fazem furtos massivos —ou “tributação”, como eles chamam— para eliminar o crime.

Já é hora de abandonarmos esses monstruosos paradoxos. Não foi necessário um rei para produzir a linguagem, o dinheiro ou a ciência, e não é necessário nenhum governo para produzir um sistema jurídico justo.

I-Contrato

Primeiro, devemos abandonar a ideia mítica da “lei da terra”. Não precisa haver um único conjunto de leis que se aplicam a todo mundo. Em nenhum momento da história existiu isso. As leis dos 50 estados norte-americanos são diferentes e as diferenças entre os sistemas legais entre países são maiores ainda. Ainda assim, tocamos nossas vidas normalmente, e ainda visitamos e fazemos negócios com países estrangeiros, sem muito trabalho.

Todas as ações em uma sociedade puramente livre⁴ estariam sujeitas a contratos. Por exemplo: atualmente furto é um crime, porque a legislação diz que é. Um possível empregador sabe que se eu furto de sua firma, ele pode notificar o governo, que irá me punir.

Mas em uma sociedade sem Estado não haveria um corpo legislativo de leis, nem haveria um tribunal governamental ou polícia. Não obstante, empregadores ainda assim gostariam de alguma proteção contra furto dos seus empregados. Então antes de contratar um candidato, o empregador faria o candidato assinar um documento⁵ que teria cláusulas como: “Eu prometo não

⁴ Uma sociedade livre é uma na qual os direitos de propriedade(geralmente) são respeitados.

A existência de um estado—uma instituição que se utiliza de força para se pôr acima da propriedade privada—logo impossibilita a liberdade conforme utilizaremos o termo nesta obra.

⁵ Me apressei em notar que o sistema de lei de mercado que descrevi não é totalmente congruente com a visão de outros escritores libertários. Eles acreditam que o sistema de direitos de propriedade “justo” é dedutível axiomáticamente, e que a lei objetivamente válida será descoberta pelas firmas privadas. Para

furtar da firma Acme. Se eu for pego furtando, como estabelecido pela agência de arbitragem X, então concordo em pagar qualquer restituição que a agência de arbitragem X julgue apropriada”.

Imediatamente, vemos 2 coisas nesse contrato. Primeiro, é completamente voluntário; qualquer “lei” que vincule o empregado tem que ser reconhecida pelo mesmo. Segundo, a existência da agência de arbitragem X garante a objetividade e justiça em qualquer disputa.

Para esboçar isso, imagine que isso não se mantivesse, suponha que uma grande firma subornasse os árbitros da agência X, e então os trabalhadores preguiçosos (os quais seriam demitidos de qualquer jeito) fossem (falsamente) acusados pelos patrões de furto ou apropriação indevida, enquanto a agência X sempre os julga “culpados”. Com esse esquema, a grande firma poderia extorquir milhares de dólares dos maus empregados antes de serem demitidos. Dado que o empregado desafortunado concordou de antemão com a arbitragem e seu resultado, ele não poderia fazer nada.⁶

Mas, se pararmos para pensar, é fácil ver que tal comportamento seria tolice. Mesmo porque uma agência de arbitragem julgou de certa maneira não faz com que todos concordem com ela, da mesma forma que o público reclama de decisões revoltantes de tribunais governamentais. A imprensa iria cair matando em cima das decisões injustas, e o público perderia a confiança na objetividade das decisões da agência X. Candidatos em potencial pensariam duas vezes antes de se candidatar para a grande firma, enquanto for necessário (em seus contratos de trabalho) que se submetam à suspeita agência X.

Outras firmas preferirão agências diferentes, agências de arbitragem mais confiáveis, e os trabalhadores serão

uma excelente introdução, ver : Linda e Morris Tannehill, O Mercado da Liberdade[The Market for Liberty]; e Murray N Rothbard Por uma Nova Liberdade: O Manifesto Libertário [for a New Liberty].

⁶ Um processo de apelação (recurso) poderia ser incluído no procedimento de arbitragem, mas, nesse caso, a grande firma poderia simplesmente subornar esses juízes também

atraídos para elas. Mais cedo ou mais tarde, e a grande e corrupta firma de arbitragem agência X irá sofrer grandes penalidades financeiras por seu comportamento.

Na anarquia de mercado, todos os aspectos de interação social serão “regulados” por contratos voluntários. Firms especializadas provavelmente proverão formulários padronizados, para que os contratos não tenham que ser redigidos do zero toda vez que forem feitos negócios. Por exemplo, se um cliente comprasse algo parcelado, a loja provavelmente o faria assinar um formulário que diria algo como: 'Concordo com as disposições da edição de 2002 dos Procedimentos Padrão de Pagamento Diferido, conforme publicado pela firma jurídica Ace.

Experteça

Nesse sistema, especialistas jurídicos iriam redigir as “leis da terra”, não políticos corruptos e ineptos. E esses especialistas seriam escolhidos em competições abertas com todos os rivais. Atualmente, qualquer um pode comprar o manual “definitivo” para escrever trabalhos acadêmicos ou dicionários da língua inglesa. O governo não precisa estabelecer “especialistas” nessas áreas. O mesmo seria verdade para contratos jurídicos privados. Todos sabem as “regras” gramaticais como todos saberiam o que seria “legal” e o que não seria.

Assassinato

Evidentemente, uma das estipulações mais básicas em qualquer relação contratual—se já para entrar num shopping ou viver numa vizinhança ou condomínios fechados —seria uma forte proibição contra assassinatos. Em outras palavras, todos os contratos desse tipo teriam uma cláusula dizendo: “se eu for declarado culpado de homicídio, concordo em pagar x

milhões de reais aos familiares do falecido”. Naturalmente , ninguém assinaria tal contrato se não estivesse certo de que o julgamento de inocente e culpado tivesse uma forte presunção de inocência; ninguém quer ser condenado por um homicídio que não cometeu. Mas por outro lado, os procedimentos do julgamento teriam que ser desenhados de tal forma que ainda assim haveria uma grande chance de os culpados serem condenados, dado que as pessoas não gostam de ir a shoppings onde assassinatos não são punidos.

Por causa disso, todos os contratos desse tipo (exceto talvez em áreas bem excêntricas frequentadas por pessoas, que gostam de viver perigosamente) teriam tais cláusulas, alguém poderia dizer que “assassinato é ilegal” em toda sociedade anarquista, ainda que as regras de evidencia difiram entre regiões. Mas isso não é diferente do nosso sistema atual⁷. E ninguém duvida que assassinato é ilegal nos Estados Unidos de hoje.

Padrão de rentabilidade

A beleza desse sistema é que ele leva em conta todos os desejos conflitantes. O mercado resolve os problemas diários, como faz com os outros bens e serviços. Por exemplo: seria muito conveniente para um cliente que um quiosque estivesse aberto 24 horas por dia, 7 dias por semana. Mas, por outro lado, tais longos turnos seriam muito tediosos e cansativos para os trabalhadores. Então o sistema de lucro e prejuízo de mercado determina o “correto” número de horas de operação.

Da mesma forma, vimos acima como regras probatórias seriam determinadas no sistema de leis privadas. Logo se as pessoas se submetem a si próprias aos julgos de uma certa agência de arbitragem, teria ela que ter uma reputação de objetividade e justiça com os seus réus.

⁷ Por exemplo: somente em alguns estados há a pena de morte.

Mas por outro lado, os donos de lojas, firmas, aluguéis de carros etc. Eles gostariam que houvesse meios de restituição no caso de roubo, e então a agência de arbitragem não poderia ser tão mansa. Como as horas dos turnos dos operadores de caixas, isso também seria um procedimento a ser analisado sob a ótica de lucros e perdas. Talvez houvesse um julgamento ou não. Não podemos prever isso de antemão, da mesma forma que não podemos afirmar a priori quantos triciclos deveriam ser feitos esse ano; deixamos o mercado lidar com isso, automaticamente.

II-Seguros

O sistema contratual acima parece funcionar bem, exceto por um problema persistente: como as pessoas conseguiriam pagar essas taxas exorbitantes? Admitamos: alguém poderia assinar um papel, prometendo restituição aos seus empregadores caso seja pego furtando. Mas suponha que ele furte, do mesmo jeito e seja condenado pela agência de arbitragem; mas não tenha, nenhum dinheiro. E agora ?

Muito bem, como funciona nosso sistema atual de danos a automotivos? Atualmente, se eu bater na lateral do carro de alguém, devo pagar multas pesadas, ou talvez minha empresa de seguros tenha que pagá-las.

Seria o mesmo com todo tipo de delitos civis e crimes no sistema que descrevi. A companhia de seguros iria agir como garante⁸ (co-assinador) do contrato do cliente com várias outras firmas. Como os bancos usam de especialistas para captar dinheiro de depósitos para alocar-lo eficientemente para os tomadores de empréstimos, da mesma forma os especialistas da empresa de seguros também determinariam o risco do

⁸ **N.T. (Garante):** No contexto jurídico-financeiro, o "garante" é a entidade (neste caso, a seguradora) que assume a responsabilidade de cumprir uma obrigação caso o devedor principal falhe. É equivalente ao papel de um fiador ou avalista, ou seja um "garantidor".

cliente (a probabilidade de ela(e) de violar o contrato, furtando ou matando) e cobrariam dela(e) o apropriado prêmio⁹. Então, empresas não precisariam ficar mantendo dossiês de todos os seus clientes e empregados; a única responsabilidade da firma seria estar certa de que todos os seus clientes possuem uma apólice de seguros de uma seguradora de boa reputação.

Nesse sistema, as vítimas de crimes serão sempre compensadas, imediatamente. (Claro, em contraste com o sistema governamental, onde as vítimas normalmente não conseguem nada, talvez com exceção da satisfação de o ladrão estar atrás das grades). Haveria também incentivos para que as pessoas agissem com responsabilidade. Assim como um motorista irresponsável pagaria prêmios mais caros para o seguro do carro, pessoas com histórico de reincidência criminal pagariam prêmios mais caros nas suas apólices.

E por que uma pessoa com tendências criminais se importaria com a companhia de seguros?

Então, se ele parar de pagar os seus prêmios, a cobertura seria descontinuada. Sem ninguém para subscrever as suas obrigações contratuais, fulano seria um péssimo empregado ou cliente. As pessoas não o contratariam ou confiariam nele nem para circular numa loja de cristais, dado que não haveria nenhum recurso legal a ser feito se ele cometesse algum crime. Para se manter na sociedade, seria extremamente útil manter seu seguro em dia. Isso significa que seria de grande interesse da pessoa abster-se de atividades criminosas, pois essa seria a única forma de manter os prêmios baixos.

Deve-se admitir que tais argumentos parecem “fantasiosos”. Mas eles não são mais “improváveis” do que o sistema moderno de cartões de crédito. Algumas pessoas têm altos limites de créditos dados de mão beijada, sendo necessário, às vezes, somente preencher

⁹ **N.T. (Prêmio):** Diferente do uso comum, no mercado de seguros, "prêmio" é o valor que o segurado paga à seguradora para ter direito à cobertura. Não é uma recompensa, mas sim o custo da apólice.

um formulário—e é muito fácil cair em fraude no cartão de crédito. Um esbanjador pode fazer grandes gastos em compras e simplesmente se recusar a pagar, e ainda assim na maioria dos casos nada de físico acontece a ele. Entretanto, a maioria das pessoas não se comporta dessa maneira irresponsável, pois não querem arruinar seus históricos bancários. Se o fizerem, eles sabem que serão cortados permanentemente da maravilhosa ferramenta da sociedade capitalista.

III. Prisão.

Agora, estabelecemos que um sistema voluntário de lei contratual pode ser imaginado teoricamente e ainda funcionaria numa sociedade de pessoas racionais que prezam por seu próprio bem-estar.

Mas e os casos difíceis? Sobre o incorrigível ladrão de banco ou o Maníaco do parque¹⁰ ? Claro, sempre haverá desviantes, anti sociais, os quais por malícia ou ignorância ignoram os incentivos a não cometer crimes. Como um sistema de anarquia de mercado lidaria com tais marginais ?

Lembremo-nos de que, primeiro, se alguém estiver numa sociedade libertária¹¹ , ciclano estaria em alguma propriedade de alguém. É desta forma que se pode usar a força contra criminosos sem agredir os seus direitos de propriedade natural

¹⁰ **N.T.:** No original, *ax murderer* (assassino do machado). Optei por "Maníaco do Parque" para manter o impacto cultural de um criminoso considerado irrecuperável e de alta periculosidade no imaginário brasileiro.

¹¹ "Neste contexto, 'libertário' implica um respeito pelos direitos 'naturais'. O credo máximo do libertário é o axioma da não-agressão; ou seja, que é ilegítimo iniciar o uso da força. Embora a anarquia de mercado (como eu a descreverei) não se baseie no libertarianismo, argumentarei que ela é (em grande parte) consistente com essa filosofia. Divergências entre as duas são, acredito eu, pontos de fraqueza na posição libertária."

Por exemplo: o contrato ¹²de um cinema teria uma cláusula para o caso: "Se eu for condenado por um crime por uma agência de arbitragem renomada [talvez, listado no apêndice], abro mão de qualquer direito meu de retaliar juridicamente, se o segurança do cinema vier me acompanhar para fora".

Logo, vemos que não há contradição em usar força para capturar fugitivos numa sociedade completamente voluntária. Todos os usos seriam acordados pelos clientes de antemão¹³.

Entretanto, para onde esses meliantes seriam levados, depois de serem trazidos à custódia ?

Firmas especializadas em encarceramento se desenvolveriam, oferecendo alternativas de alta segurança análogas aos atuais presídios. Todavia, as "cadeias" na anarquia de mercado iriam competir para atrair criminosos.

Considere que nenhuma firma de seguros iria querer ser garante para um *serial killer* se ele se candidatasse para um trabalho numa livraria. Mas eles lidariam com ele, se este concordasse em viver num prédio com altíssima segurança para o observá-lo. A seguradora faria questão de que a prisão que o contivesse fosse de alta qualidade. Além do mais, se ele escapasse e matasse de novo, a seguradora ia ter que arcar com o prejuízo do serial killer, dado que se compromete a ser garante e fiadora de seus clientes.

Por outro lado, não haveria crueldade indevida nesse sistema com os prisioneiros. Ainda que eles não tivessem chance de escapar(diferente das prisões do estado), eles não seriam espancados por guardas

¹² Mesmo que não fosse literalmente assinado em cada visita, o acordo seria entendido de forma implícita [Ver conceito de **Estoppel** ou **Consentimento por Conduta**].

¹³ É claro que, se alguém tentasse simplesmente invadir a propriedade de outrem sem concordar com nenhuma obrigação contratual, o proprietário estaria perfeitamente justificado ao usar a força para repeli-lo. Embora essa regra padrão possa parecer unilateral, ela seria, ao menos, codificada e tornada pública. Seções posteriores tratarão do problema de como estabelecer inicialmente os limites das propriedades.

sádicos, e se fossem, eles simplesmente trocariam de prisão, igual a viajantes que trocam de hotéis se vissem que os funcionários são descorteses. De novo, a seguradora (aquela que subscreve pelos meliantes) não liga para qual cadeia o meliante quer, ao passo que os inspectores e especialistas determinem de qual cadeia o meliante não conseguiria fugir para a sociedade de bem.

IV dúvidas

Ainda que superficialmente coerente e praticável, o sistema proposto de lei de mercado irá certamente causar ceticismo. Para sermos breves, lidarei com algumas dúvidas¹⁴(válidas e) comuns.

“Mas e as pessoas que não tem seguro ?”

Se um indivíduo não tivesse seguro, os outros não teriam recursos jurídicos caso o indivíduo quebrasse ou roubasse propriedade alheia. Tal indivíduo, logo seria visto como suspeito, e pessoas seriam relutantes em comerciar com ele, salvo talvez transações de baixo valor. Ele provavelmente seria incapaz: de conseguir um emprego estável; empréstimos bancários; ou cartão de crédito. Muitas áreas comerciais e empresariais, provavelmente, requisitariam que todos os visitantes portassem suas apólices antes de os deixá-los entrar¹⁵.

¹⁴ Muitos desses pontos foram inspirados por discussões produtivas com Matt Lasley, David Pinholster, Chris Redwood, Stephen Carville, Stephan Kinsella e Dan Mahoney. Entretanto, as objeções aqui apresentadas não refletem necessariamente as visões desses pensadores.

¹⁵ Tal afirmação traz à mente os horrores de documentos de identidade e postos de controle (checkpoints). No entanto, os abusos estatais não devem desacreditar as preocupações legítimas dos proprietários. Como argumentado de forma notável por **Hans-Hermann Hoppe**, os indivíduos não possuem uma 'liberdade de movimento' inerente. Se os proprietários desejam restringir quem transita em suas estradas, isso é inteiramente

Logo, vemos que aqueles que não tivessem seguros teriam suas opções— incluindo liberdade de movimento—muito restringidas. Ao mesmo tempo os prêmios—ao menos pessoas sem histórico criminal—seriam bem baratos¹⁶.

Consequentemente, não haveria muitas pessoas que andariam por aí sem esse tipo de apólice de seguro. É verdade que haveria ainda algumas pessoas que cometeriam crimes e pessoas que não teriam seguro nenhum e causariam danos a propriedade alheia. Mas isso não é um problema exclusivo e acontece em **todos** os sistemas legais.

E mais, se algum indivíduo sem seguro cometesse um crime sério, ele ainda seria perseguido por detetives, assim como ele seria num sistema governamental. E se um desses detetives privados— muito mais eficientes— encontrasse o meliante em alguma propriedade normal, ele teria todo direito de detê-lo.

Agencias de guerras

Críticos da lei privada comumente argumentam que supostamente que disputas entre companhias de defesa e segurança levariam a combates— ainda que isso seja comum de acontecer entre governos todo o tempo! Na verdade, os incentivos a resolução pacífica de disputas seriam maiores na anarquia de mercado do que no sistema atual. Combates são muito caros, e empresas

prerrogativa deles. Por outro lado, em uma sociedade anarquista estabelecida, os clientes não teriam que mostrar o RG toda vez que entrassem em uma loja, assim como na nossa sociedade atual as pessoas não redigem contratos de trabalho formais toda vez que contratam o filho do vizinho para cortar a grama.

¹⁶ Repetindo: sob este sistema, todos comprariam um **seguro contra homicídio**, da mesma forma que hoje os cirurgiões compram seguros contra erro médico; a seguradora se compromete a indenizar o espólio (os herdeiros) de qualquer pessoa morta por seu [segurado]

privadas tomam melhor conta de seus recursos do que oficiais do governo tomam da propriedade privada de seus súditos e da vida destes.

Em qualquer situação, aqueles que “guerreiam” contra a sociedade privada serão tratados como assassinos. Diferente de soldados de governos, mercenários privados, não receberão nenhum tratamento diferenciado para perpetrar crimes condenáveis. Essas agências que interpretam a lei não seriam as mesmas que as que a impõem. Não há razão intrínseca para se preocupar com batalhas entre empresas¹⁷ de defesa, não mais que entre exércitos e esquadras governamentais.

Não vai a máfia tomar conta de tudo ?

É paradoxal que o medo de ser governado por uma família de criminosos cause nas pessoas quererem apoiar o Estado¹⁸— o qual é a mais “organizada” associação criminosa na história humana. Ainda que fosse verdade que na anarquia de mercado que pessoas teriam que pagar por proteção e ocasionalmente apanhassem, isso seria uma gota num oceano comparado com a taxaço em tempos de guerra e mortes causadas pelo governo.

Mas isso é dar muito crédito indevido à máfia, pois a máfia deriva muito de seu poder do governo não do livre mercado. Todos os negócios tradicionalmente associados ao crime organizado—lenocínio, jogo do bicho, agiotagem, narcotráfico—são proibidos ou estritamente regulados pelo estado. Numa anarquia de

¹⁷ Esta afirmação não se aplica aos sistemas de lei privada (elaborados por outros anarcocapitalistas) nos quais as agências punem unilateralmente qualquer pessoa que prejudique seus clientes. Em tal sistema, a falta de um monopolista criaria um problema teórico adicional para o defensor das agências de defesa privada. No entanto, mesmo neste caso, os incentivos para uma resolução pacífica de disputas legítimas são tremendos.

¹⁸ A máfia também é fortalecida pelos sindicatos, que (em sua forma moderna) são tudo menos organizações voluntárias.

mercado, os comerciantes legítimos iriam competir, levando esses indivíduos inescrupulosos à falência.

Suas empresas de seguro se tornaram o estado !

Ao contrário: as companhias privadas provieram de serviços jurídicos com muito menos poder na anarquia de mercado do que o governo atualmente possui. O mais óbvio: não haverá poder para taxar ou monopolizar um “serviço”. Se uma companhia de seguros fosse relutante em pagar indenizações legítimas, isso rapidamente cairia na boca do povo, e as pessoas lembrariam disso quando lidassem com um dos clientes dessa firma repudiável¹⁹.

O medo de que, na anarquia de mercado, indivíduos privados tomariam os lugares de políticos ignora as verdadeiras causas da maldade do Estado. Diferentemente, dos monarcas feudais, governantes democráticos não são donos dos recursos (incluindo pessoas) que controlam. Além do mais, a duração de seus reinados—e, logo, o controle de seus recursos—é muito incerta. Por essas razões, políticos e outros servidores públicos não prestam tanta atenção na conservação do valor de mercado de uma propriedade em sua jurisdição. Acionistas de uma empresa privada, no entanto, tem um forte interesse em escolher um pessoal e políticas internas para maximizar o lucro da firma.

Todos os horrores do Estado— impostos onerosos, brutalidade policial, guerra total—não são somente

¹⁹ Pode ser verdade que, atualmente, as seguradoras sejam burocráticas e autoritárias. No entanto, creio que isso tenha mais a ver com a sua estreita relação com o sistema jurídico governamental do que com a sua natureza em si. Sim, seguradoras não gostam de pagar indenizações, mas as pessoas também não gostam de ir trabalhar todos os dias. Isso não significa que o livre mercado de trabalho não seja um sistema viável; se as pessoas são preguiçosas, elas são demitidas. E se uma seguradora não paga suas apólices, ela eventualmente sairá do mercado.

monstruosos, mas são também ineficiências grotescas. Nunca seria rentável para uma seguradora anarquista e firmas legais imitarem as políticas aplicadas pelos governantes.²⁰

Crianças

A questão das crianças é uma das mais difíceis. De imediato, notemos que, obviamente, pais zelosos apenas frequentariam aquelas escolas, e viveriam naqueles condomínios ou complexos habitacionais, onde a proteção de seus filhos fosse de suma importância para os funcionários.

Além dessas proibições básicas contra abuso e negligência parental que poderiam ser estipuladas no contrato matrimonial. Independentemente de qual seja o romance envolvido, o casamento é, em última instância, uma parceria entre duas pessoas, e casais prudentes irão registrar essa união, com todas suas obrigações e benefícios. Por exemplo: antes de abandonar uma carreira para criar os filhos de seu parceiro, uma mulher pode requerer uma cláusula de compensação em caso de divórcio. Da mesma forma, uma cláusula padrão em contratos de casamento poderia ser definido e especificado as penalidades no caso de maus tratos com as crianças.²¹

Outro ponto a se considerar é fomentar o papel da

²⁰ Pelo bem do argumento, suponhamos (embora seja improvável) que todos concordassem em vender suas terras para um único indivíduo, que se tornaria o senhorio de toda a população, e que, como parte do contrato de aluguel, todos concordassem em dar a esse senhorio o poder de "tributar" os ganhos. Mesmo assim, esse senhorio nunca estabeleceria a taxa de imposto acima do "ponto de Laffer" (ou seja, o ponto que maximiza as receitas). No entanto, por ser influenciado por motivos não pecuniários, o Estado moderno não respeita nem mesmo essa regra sensata.

²¹ Este dispositivo só funciona, é claro, se pelo menos um dos parceiros estiver preocupado com o bem-estar dos futuros filhos. No entanto, isso deve ser suficiente na maioria dos casos, já que certamente pouquíssimos casais sonham em se tornar pais abusivos.

adoção numa sociedade livre. Ainda que choque a sensibilidade moderna, haveria um “mercado de bebês” funcional, no qual privilégios parentais seriam vendidos pelo maior lance²². Embora pareça grosseiro, tal mercado certamente diminuiria o abuso infantil. Além do mais, pais abusivos e negligentes são mais prováveis a ofertarem suas crianças, enquanto casais amorosos tem mais chance de pagarem bem²³ por essas crianças.

A discussão controversa do aborto, como qualquer conflito em um sistema jurídico privado, seria lidada por firmas concorrentes que colocariam em vigor as melhores políticas que atendem à demanda dos seus consumidores. Essas pessoas suficientemente horrorizadas pela prática poderiam estabelecer uma comunidade fechada na qual os residentes concordam em não abortar e reportar qualquer um que tente realizar²⁴ um aborto.

Cartório de registro

Na anarquia de mercado, quem iria definir a propriedade privada ? Se alguém comprasse uma casa, que garantia ele teria ?

Esse é um problema complexo, e não poderei dar detalhes específicos, dado que a alternativa de mercado dependeria de casos e circunstâncias e se basearia em

²² Estou propositalmente evitando a questão de se os pais seriam legalmente "donos" de seus filhos. Enquanto uma criança permanecer voluntariamente com seus pais, "vivendo sob o teto deles", eles poderiam, é claro, estabelecer as regras que desejassem. O único problema surge quando uma criança foge e não deseja retornar. Pessoalmente, simpatizo com a noção de que, enquanto uma criança puder sustentar a si mesma, os pais não podem forçá-la a voltar para casa.

²³ Estas soluções voluntárias seriam muito preferíveis à abordagem governamental, na qual "assistentes sociais" mal informados e frequentemente arrogantes destroçam famílias e colocam crianças no horrível sistema de lares adotivos (*foster care*).

²⁴ Claro, isso não ia prevenir o aborto em comunidades onde ele fosse permitido;

conhecimentos de especialistas legais (muito além da minha) da comunidade inteira. Eu posso, todavia, oferecer pontuações gerais.

Qualquer natureza abstrata ou metafísica (se houver) da lei da propriedade, o propósito dos títulos públicos é bem utilitário: eles são necessários para que para permitir indivíduos planejem e coordenarem efetivamente suas interações entre eles mesmos.

Firmas especializadas (talvez distintas das das empresas de arbitragem) manteriam arquivos sobre os títulos de propriedade, seja para uma área específica ou um grupo de indivíduos. O cartório de títulos seria provavelmente feito por uma teia, hierárquica, complexa dessas firmas.

O medo de agências rebeldes, declarando-se “donas”—unilateralmente de tudo— é completamente infundado. Na anarquia de mercado, companhias de cartório privado que cuidam dos direitos de propriedade privada não seriam as mesmas que companhias que aplicam esses direitos. Mais importante, competição entre firmas iriam entregar o verdadeiro “pesos e contra pesos.” Se uma firma comesse a desprezar as normas estabelecidas pela comunidade e codificadas pelo mercado, iria invariavelmente à falência — tanto que certamente manufaturas de dicionários iriam à falência se os livros contivessem definições erradas.

Regreso Infinito

Uma crítica sofisticada pode atacar minha proposta dizendo que ela se baseia numa lógica circular: Como as pessoas podem usar contratos para definir propriedade privada, quando o sistema de direitos a propriedade privada é necessário para determinar quais contratos são válidos ?

Além do mais, Smith não pode vender a Jones um carro por uma certa quantia de dinheiro, a não ser que fosse

estabelecido de antemão que Smith é o dono do carro (e Jones o dono da soma de dinheiro²⁵).

Para ver a solução, nós podemos destrinchar o problema em 2 partes. Primeiro, deveríamos perguntar: “Poderia o livre mercado oferecer a fundação para a interação social?” Acredito que a seção anterior já demonstrou isso. Ou seja, demonstrei acima que, se nós tivéssemos um sistema reconhecido de cartórios por competição de firmas, logo o sistema contratual que regeria as trocas desses títulos seria muito mais estável.

Agora, é uma questão completamente diferente perguntar “Como esses títulos seriam inicialmente definidos e alocados ?” Isso é um tópico grande, e será respondido na próxima seção. Mas para resolver o problema de como isso se relaciona com o suposto regresso infinito, consideremos a lei contratual.

A lei contratual é um ramo muito específico da lei, como é o direito civil ou o direito constitucional. É usada, por exemplo, para determinar se um contrato entre dois indivíduos tem vinculação jurídica. Certamente que o direito contratual não pode ser estabelecido num sistema anarquista através de direito contratual, pois isso não seria uma petição de princípio?

Não. Os requerimentos contratuais feitos por indivíduos conteriam precauções para todas as contingências que os atuais contratos jurídicos lidam hoje em dia. Por exemplo, a seguradora coassinando um cliente prometeria: “nós nos responsabilizamos por quaisquer dívidas feitas pelo cliente que ele não consiga quitar, enquanto as obrigações estiverem dentro de um contrato válido, com os termos acordados descritos no panfleto do contrato legal padrão publicado pela Ace Legal Firm.”

O panfleto talvez requeresse assinaturas em tinta preta, supervisão notarial para grandes quantias, e que os assinantes do contrato fossem maiores de idade,

²⁵ O leitor bem informado poderá notar que esta objeção — e sua solução — assemelha-se ao suposto regresso ao infinito envolvido em uma explicação da utilidade marginal sobre a demanda por moeda.

estivessem sóbrios e não sob o efeito de coação quando o contrato fosse redigido²⁶. Como todos os elementos da lei privada, as regras precisas de governança e interpretação de contratos seriam determinadas (possivelmente sendo conflitantes) pelo desejo de todos por meio do teste de lucro ou prejuízo.

Finalmente, lembre-se de que o juiz final em determinado caso é...o juiz. Independente de quão volumosos são os vade mecum ou quão óbvio sejam os precedentes em cada casa irá, em última instância, depender da interpretação subjetiva do árbitro ou juiz o qual entrega o veredito²⁷.

Nunca podemos esquecer que os estatutos escritos por si só são impotentes e inúteis para o uso de indivíduos competentes e justos. Somente em um sistema voluntário e competitivo há esperança de excelência jurídica.

Mas como chegamos nisso ?

O caminho para uma sociedade livre irá variar de acordo com a história da região e, conseqüentemente, não será igual a uma receita de bolo. O caminho tomado pelo mercado anarquista norte-coreano irá, sem dúvida, ser diferente do caminho dos indivíduos americanos, ainda que compartilhem dos mesmos princípios. Seja na forma de um golpe de estado violento contra um regime injusto, ou talvez como uma erosão gradual e ordenada do

²⁶ O purista poderia objetar que este remédio é insuficiente. Afinal, estou simplesmente assumindo que as pessoas sabem o que é o conceito de um contrato. A esta acusação, declaro-me culpado. Como mencionado no Prefácio, meu propósito neste ensaio não é 'provar' a superioridade ética da lei de mercado. Apesar de uma ou outra afirmação normativa ocasional, estou apenas descrevendo o mundo que visualizo sob a anarquia de mercado. E, em tal mundo, não prevejo que as pessoas terão dificuldade em adotar a convenção dos contratos (mesmo sem uma definição e justificativa filosófica adequada), assim como não prevejo que elas precisarão ser versadas em teoria econômica antes de usarem o dinheiro.

²⁷ Em um sistema jurídico privado, ainda haveria leis amplamente divulgadas e adesão aos precedentes, pois isso permitiria maior previsibilidade nas decisões e, conseqüentemente, atrairia os clientes.

Estado (sendo essa uma ótima possibilidade) — o ponto central é a transição. A convergência de todas essas revoluções seria o comprometimento da maioria pelo respeito total aos direitos de propriedade privada.

Todas essas sociedades, independente de seus líderes despóticos, precisam possuir um grau básico de respeito à propriedade privada, ainda que isso se derive de costumes e não de uma apreciação intelectual. Todas as pessoas sabem que é crime estuprar e matar²⁸; até estupradores e assassinos sabem disso.

Tal noção de justiça, que é universal e intuitiva, constituiria a fundação para um sistema de lei privada. Essa concordância geral permitiria a evolução²⁹ de direitos contratuais definidos e mais específicos. Esse processo seria contínuo, com um estágio de codificação de títulos de propriedade privada e sentenças jurídicas formalizando a base para a próxima geração de juízes e estudantes para sistematizarem e expandirem.

Pessoas comuns entendem a perda sem sentido do conflito; irão fazer o máximo e farão grandes concessões para chegarem a um consenso. Por exemplo, a despeito da ausência governamental, os mineiros que chegavam durante a corrida do ouro na Califórnia respeitavam as posses (ou reivindicações) dos primeiros colonos. Como um exemplo mais moderno, até mesmo os 'valentões' do centro da cidade obedecem impensadamente às 'regras' em uma partida improvisada de basquete, apesar da

²⁸ Claro, o maior obstáculo do anarquismo é convencer as pessoas de que assassinato é errado, mesmo quando ordenado por 'representantes' devidamente eleitos.

²⁹ Para ilustrar: Suponha que a distribuição deste livro faça com que todos os cidadãos dos EUA adotem o anarquismo de mercado. Empresas privadas surgiriam para codificar os títulos de propriedade que antes eram regulados por agências governamentais. Seria 'óbvio' que as pessoas mantivessem a posse de suas casas (e hipotecas), carros, etc. Essa estrutura básica de propriedade permitiria então uma solução voluntária e contratual para os problemas mais difíceis, como a atribuição de títulos para projetos habitacionais governamentais (visto que tanto os inquilinos quanto os contribuintes poderiam reivindicar a posse legítima).

ausência de um árbitro³⁰.

Na anarquia de mercado, indivíduos livres, por meio de investimento em companhias judiciais e de seguro, iriam incentivar um sistema jurídico humano e justo. Aqueles indivíduos antissociais os quais atrapalham o processo (por violarem direitos de propriedade privada, sem a menor consideração) seriam submetidos à mesma lógica descrita anteriormente.

Positivismo Jurídico?

Alguns leitores podem se perguntar como posso propor um substituto para o sistema de “justiça” estatal, sem ter primeiro oferecido uma base teórica racional sobre a origem e a natureza da legitimidade dos direitos de propriedade privada.

A resposta é simples: eu não tenho tal teoria. Não obstante, ainda posso dizer que o sistema de mercado de leis privadas iria funcionar muito mais eficientemente do que a alternativa estatal, e que as objeções comuns à anarquia de mercado são infundadas.

Há uma desconfiança generalizada em permitir que o mercado “determine” algo tão crucial, como, por exemplo, proibir homicídios. Mas “o mercado” é, somente, uma abreviação para a totalidade das interações econômicas de indivíduos livres. Permitir que o mercado estabeleça regras legais significa que ninguém usará de violência para impor sua própria visão

³⁰ O leitor talvez pense que esse não é um bom exemplo, dado que todas as faltas são mais evidentes ao livre do que num ambiente fechado, digamos um jogo da NBA. Mas esse é o x da questão: Ainda haveria algo como falta (e outras regras) reconhecidas pelo transgressor em uma pelada; ele simplesmente irá negar que cometeu a falta. (por exemplo, nenhum jogador iria tentar afirmar que seu gol vale 10 pontos.) Agora, a solução do mercado em tal ambiguidade e viés, para jogos que tal importância para requerer uma garantia extra de custos e de problemas, a solução é indicar um juiz para aplicar a “lei” (a qual eles também implicitamente respeitam). Note que em nenhum momento foi necessário um monopólio da força para chegar em uma solução ordenada.

sobre os outros³¹.

Homicídio não é errado somente porque falha no teste de mercado; claro que não. Mas sua imoralidade intrínseca irá ser reconhecida pelas forças do mercado. Podemos todos concordar — contratualmente — em nos abstermos de cometer homicídios e em seguir as decisões feitas por árbitros, caso sejamos levados a julgamento por tal crime. Da mesma forma, sabemos que não estamos violando direitos de ninguém.

Agora, depois de termos chegado a tal consenso e estarmos em segurança, podemos deixar os filósofos e teólogos discutirem sobre o porquê o assassinato é errado. Estudantes de direito que oferecessem uma construção a priori de lei justa certamente teriam um lugar na anarquia de mercado; além do mais, suas linhas de pensamento podem influenciar as decisões judiciais. Entretanto, nesse artigo falarei das forças de mercado que moldariam as leis privadas, não nos conteúdos dessas leis³².

V- Aplicações

Até agora, me concentrei nos detalhes cruciais da discussão teórica sobre as leis privadas. Agora, gostaria

³¹ Como não advogo o pacifismo, essa acusação de violência pode soar hipócrita. Ainda assim, o Estado se apoia na ameaça de violência contra pessoas reconhecidamente inocentes. Caso alguém — que todos concordam não ser criminoso — criasse uma empresa jurídica ou de seguros que violasse o monopólio estatal, seria punido.

³² **Uma analogia pode ajudar:** por várias razões, sou contrário ao ensino público e defendo sua abolição imediata. Tenho grande confiança de que escolas privadas seriam capazes de oferecer excelente educação a todas as crianças, ricas ou pobres. Digo isso mesmo sem conseguir formular, a priori, uma teoria adequada do que seja uma boa educação. Ainda assim, acredito que o sistema de mercado seja superior à abordagem estatal, mesmo que eu não possa listar condições necessárias e suficientes de qualidade nesse contexto. Naturalmente, nada garante que a solução de mercado será ótima; afinal, se os pais de uma cidade fossem maus ou estúpidos, os incentivos de mercado produziriam currículos que consideraríamos terríveis.

de ilustrar a versatilidade de tal sistema numa gama de áreas e contrastar sua performance com a do monopólio governamental.

Segurança do produto

Uma das críticas mais comuns contra o *laissez faire* é que um mercado sem nenhuma regulação deixaria os consumidores à mercê de empresários impiedosos. Nos é dito que, sem a vigília benevolente do Estado, a comida seria envenenada; televisores explodiriam; e apartamentos colapsariam. É verdade que tais tragédias podem vir a acontecer, mas, no longo prazo, essas mesmas companhias antiéticas iriam falir.³³ Mas certamente alguém que vendesse um hambúrguer envenenado deveria ser punido imediatamente por isso, além da perda de futuros clientes.

Agora, quanto às outras áreas jurídicas, acredito que o mercado lidaria com tais casos por meio de garantias contratuais. Quando um cliente comprasse algo, com o seu produto viria uma garantia tal como: “Caso este produto cause transtorno, como determinado pela respeitável agência de arbitragem, o consumidor terá direito a compensação”. E, como indivíduos muito provavelmente precisariam estar segurados por uma grande companhia de seguros antes de fazerem qualquer negócio com outros, da mesma forma que negócios precisariam estar segurados contra ações judiciais de clientes, se quiserem atraí-los³⁴.

Imediatamente vemos que esse sistema evita os pesadelos dos cenários alardeados pelos defensores da regulamentação governamental. Tomemos o caso de

³³ Ressalto, de passagem, que televisores chegaram a explodir na União Soviética, e que muitos prédios residenciais desabaram na estatista Turquia após um terremoto leve.

³⁴ Caso alguém optasse por viver de forma arriscada, seria plenamente livre para adquirir um computador de uma empresa sem seguro. Porém, se algo desse errado, a recuperação do dinheiro seria muito mais difícil. Por isso, a maioria das pessoas teria forte interesse em negociar apenas com empresas cujos contratos fossem garantidos por seguradoras grandes e confiáveis.

viagens aéreas. de aviação teve; e teriam que ser especialistas em manutenção de aviões para saber quais companhias são boas. assinada pela empresa de seguros que diria: “Se você morrer num acidente aéreo nossa companhia aérea irá pagar seus herdeiros x milhões A administração federal de aviação (*The Federal Aviation Administration ou FAA*) “garante” que os aviões tiveram a manutenção necessária; que os pilotos estão descansados; etc, para que os clientes não tenham que se preocupar com a queda dos aviões. Em contraste, muitas pessoas alegam que, no livre mercado, os clientes teriam que calcular as estatísticas de quantos acidentes cada empresa

Mas isso é bobagem. Tudo de que um cliente de uma empresa aérea precisa é ter certeza de que, quando comprasse o bilhete, junto viria uma garantia (assegurada pela seguradora) dizendo: Se caso você falecer em um acidente aéreo, nossa companhia aérea pagará ao seu espólio \$y milhões.” Agora, dado que as companhias estão sujeitas a perder milhões se os aviões dessa companhia caírem, então elas serão as que treinarão e contratarão inspetores, mantendo registros rígidos e meticulosos de manutenção, etc. Elas diriam às companhias aéreas: “Sim, iremos coassinar suas garantias contratuais, consumidores — mas somente se seguirem nossos protocolos de segurança, permitirem que nossos inspetores inspecionem seu avião e elaborarem um processo de triagem de pilotos adequados, etc. Se pegarmos você infringindo o acordo, iremos multá-lo apropriadamente.

Visto que elas são maximizadoras de lucro, as companhias de seguro irão de bom grado pagar por esforços preventivos, se isso levar a uma maior poupança em relação a pagamentos de seguros de pessoas que morreram em acidentes.

Em claro, contraste com o sistema atual, a FAA também cria regulamentações, mas quais são seus incentivos? Se houver um acidente aéreo, a FAA conseguirá mais verba, dado que todos dirão como o acidente “mostra” quão horrível o “livre mercado” seria no ramo aeronáutico. Agências governamentais sempre fazem mau uso de seus recursos, de modo que haveria muitos

gestores de nível médio e um número insuficiente de inspetores. O mais importante é que, dado que não há competição, não haveria qualquer padrão de excelência com o qual se comparar com o desempenho da FAA. Talvez um mecânico tivesse uma ideia incrível de como melhorar a segurança da empresa aérea; todavia a burocracia da FAA levaria anos para implementar o plano.

Licenciamento Profissional

Muito parecida com a área de segurança do produto é a área de licenciamento profissional. Tomemos o exemplo da medicina. Sem regulamentação governamental, muitos creem que os pacientes estariam à mercê dos médicos de araque. Consumidores leigos iriam a qualquer neurocirurgião que fosse barato, e seriam lobotomizados na mesa de operações. Para prevenir isso, o benevolente governo deve estabelecer protocolos— reforçados por fuzis — para limitar aqueles que podem entrar na medicina.

Isso obviamente é asneira. Organizações voluntárias provavelmente surgiriam, permitindo somente doutores qualificados em suas hierarquias. Consumidores preocupados iriam somente contratar os doutores recomendados por associações de boa reputação. Antes de se submeterem a operações de risco ou ingerirem drogas prescritas, os pacientes exigiriam uma garantia contratual para restituição em caso de dano. Nesse caso, novamente seriam as companhias de seguro que iriam certificar de que os doutores que coassinassem seriam de fato qualificados. Dado que eles estariam sujeitos a pagar milhões em danos em processos de erro médico, as companhias de seguros seriam muito cautelosas ao estabelecerem seus padrões.

Tal sistema seria muito preferível ao sistema atual. Do jeito que está, a associação médica americana

(American Medical Association ou AMA) não é nada menos que um glorificado sindicato, o qual requer imensa escolaridade e treinamento para restringir, artificialmente, o número de doutores e, assim, aumentar seus salários (e saúde custa muito caro em geral). Sem seu monopólio, a associação médica americana seria incapaz de conter o crescimento de terapias alternativas, como fitoterapia, a qual não faz parte da panelinha médica das grandes empresas farmacêuticas, hospitais e governos.

Também deve se perceber que os incentivos dos administradores de alimentos e remédios são muito conservadores: se pessoas morressem devido a um novo remédio que a FDA aprovou, esta seria culpada. Mas, se a pessoa morrer porque a FDA não aprovou o novo remédio, ela não será responsabilizada; a doença em si será culpada. Conseqüentemente, muitas drogas com potencial para salvar vidas estão sendo negadas a pacientes à beira da morte. Numa sociedade de livre mercado puro, os pacientes poderiam tomar qualquer droga que desejassem.

O porte de armas de fogo

Percebi que muitos libertários acham certos pontos do meu sistema um pouco desconcertantes. Sem garantias incondicionais de direitos abstratos, parece que sempre haverá o perigo de o Estado se infiltrar pela porta dos fundos.

Em vez de ficar dando voltas no assunto, darei o melhor exemplo que eu posso conceber para demonstrar a diferença entre o libertarianismo convencional e o meu: Porte de Armas. Como veremos, não creio que minha abordagem seja inconsistente com o credo libertário, mas penso que irá (pelo menos no começo) deixar muitos libertários desconfortáveis.

Os argumentos comuns sobre o controle de armas, são

mais ou menos , assim: os críticos dizem que as restrições deixariam as pessoas indefesas contra criminosos e deixariam os cidadãos à mercê dos ditames de seus governantes; somente quando alguém de fato usa sua arma contra inocentes é que a lei pode intervir. Os defensores do controle do porte de armas, todavia, argumentam que essa posição é muito dogmática; certamente algumas medidas preventivas são justificadas em nome do interesse público.

Como a maioria dos debates conduzidos dentro do contexto do sistema legal governamental, penso que ambos os lados têm pontos legítimos. Certamente não podemos confiar que o governo nos protegerá depois de nos desarmar. Mas, por outro lado, parece-me até absurdo argumentar que pessoas possam guardar armas atômicas em seus porões. (Uma interpretação *ipsis litteris* de muitos argumentos libertários levaria justamente a isso). Felizmente, o sistema de leis privadas que eu descrevi permite evitar esses aparentes “dilemas”.

Lembre-se de que as penalidades por dano e homicídio seriam estabelecidas por garantias contratuais, asseguradas pelas seguradoras. As pessoas permitem a entrada de John Smith em suas propriedades porque elas sabem que, se ele machucar alguém, ou ele pagará a reparação diretamente ou sua seguradora o fará. A seguradora lucra cobrando os prêmios adequados, calculados especificamente para o cliente individual. Se Joe Smith fosse condenado no passado por atos violentos, seus prêmios de seguro seriam proporcionalmente caros.

Entretanto, há outros fatores que a companhia de seguros levaria em consideração quando estabelecesse seus prêmios, além dos históricos passados. Sendo um desses fatores, indubitavelmente, seria: que tipo de armas o cliente tem em sua casa ? Além do mais, se a seguradora estiver concordando em pagar, digamos, R\$10 milhões a qualquer um que Joe Smith mate, a companhia estará muito interessada em saber se Smith tem uma 12 de cano serrado —ou, principalmente armas atômicas — em seu porão. Alguém que mantenha tais

armas é muito mais propenso a causar danos a outros, sob a ótica da seguradora; logo, seus prêmios serão mais caros. Na verdade, o risco de um cliente ter uma arma nuclear (ou química ou biologia, etc) seria tão grande que, provavelmente, não haveria nenhuma possibilidade de obter uma apólice de seguro.

Essa abordagem é superior à governamental. Armas verdadeiramente perigosas seriam restritas a indivíduos dispostos a pagar prêmios caríssimos pela posse dessas armas; crianças não poderiam comprar bazucas nos mercados locais. Por outro lado, não haveria o risco, atual, do confisco de armas pelo Estado. Nunca mais temeríamos que nossas armas de mão fossem banidas, dado que as companhias de seguros só irão restringir para obter lucro, e seria muito mais rentável permitir às pessoas manterem suas armas de mão e pagarem prêmios um pouco mais caros³⁵.

É muito melhor que o sistema governamental, o qual não tem nenhum tipo de responsabilização. Se um político bane armas e causa centenas de pessoas a se tornarem vítimas do crime, nada irá acontecer com ele. Mas se uma seguradora faz demandas irrazoáveis para seus clientes, eles irão trocar de companhia e a levarão à falência.

Criminosos Perigosos

O suposto dilema entre liberdade individual e segurança pública é também exemplificado nos debates sobre “technicalidades” legais. Conservadores gostam de reclamar sobre casos onde um conhecido assassino é solto por um juiz de “coração mole”, simplesmente porque a polícia forçou uma confissão ou esqueceu de ler os direitos do suspeito. Liberais(norte-americanos),

³⁵ Na prática, residências que possuam armas de fogo convencionais podem pagar prêmios de seguro menores, se a seguradora entender que isso reduz a incidência de crimes na área o suficiente para justificar tal incentivo.

tais como Alan Dershowitz, dizem que, ainda que tais casos sejam infelizes, eles são necessários para manter a polícia na linha.

Como no caso controle do porte de armas, simpatizo com ambos os lados no debate, e de novo meu sistema pode evitar todo tipo de absurdices. Para exemplificar, digamos que por meio de uma brecha legal, um assassino, claramente culpado, não tenha **tecnicamente** infringido nenhuma cláusula contratual. Ou, suponha que um árbitro — que só estaria julgando casos de assassinato por causa da excelência de suas decisões passadas — por alguma razão uma decisão absurda e absolve Beltrano do crime de assassinato, ainda que haja uma pletora de evidências contrárias³⁶.

Como todos os contratos no meu sistema, esses “regulamentos de armas” seriam completamente voluntários, não violando os direitos libertários. A companhia de seguros não está forçando as pessoas a entregarem suas bazucas. Tudo o que ela estaria dizendo é: se você quer que sejamos seus garantes em seus contratos com terceiros, você não pode ter uma bazuca. As companhias de seguros são donas de seu próprio dinheiro e, logo, estão perfeitamente no seu pleno direito de fazer tal pedido³⁷.

Devido à absolvição de Beltrano por technicalidade, o assassino não pagaria reparações aos herdeiros da vítima. Todavia, as regras que permitirão isso seriam rapidamente revisadas para prevenir uma reincidência; companhias privadas estariam sob grande pressão do que o monopólio governamental em face de tal má publicidade.

³⁶ Ressalto que casos como este vão acontecer em qualquer sistema. Não estou admitindo nada ao reconhecer tais possibilidades; pelo contrário, estou tentando demonstrar a força da minha abordagem explicando sua resposta a esses casos.

³⁷ Cobrar prêmios mais altos de quem deseja possuir várias armas não é mais injusto do que a prática, hoje comum, de oferecer descontos a motoristas que fazem cursos de direção defensiva ou a proprietários que instalam sistemas de alarme. Caso uma seguradora específica seja formada por pessoas avessas às armas de fogo, os proprietários de armas simplesmente procurarão outra companhia de seguros.

Há uma outra diferença. No sistema governamental, alguém absolvido por uma brecha legal sai impune. Mas no sistema de leis privadas, o qual descrevi, a seguradora do assassino poderia aumentar os prêmios que cobra. Não importaria se o cliente foi ou não condenado pelo crime; a única coisa que importa é a probabilidade de que ele seja condenado por outro crime no futuro, porque daí eles teriam que pagar as reparações³⁸.

Essa análise também resolve o problema da condicional (parola). Ainda que a maioria dos crimes envolvesse restituição financeira em vez de encarceramento, ainda haveria indivíduos que são muito perigosos para se deixar soltos. A companhia de seguros iria determinar esse limite. Enquanto a seguradora estivesse disposta a pagar por qualquer reparação que um criminoso possa cometer no futuro, as pessoas estariam dispostas a contratá-lo, a deixá-lo alugar apartamentos e etc. A reabilitação estaria, então, entre os interesses principais financeiros das companhias, para aumentar o número de clientes pagantes.

Por outro lado, indivíduos verdadeiramente perigosos não receberiam liberdade condicional. Atualmente, o governo tem psicólogos e outros “especialistas” que decidem quando criminosos sexuais e assassinos devem ser soltos de volta às ruas. Dado que não há responsabilização nenhuma, esses teóricos de torres de marfim comumente testam suas teorias em vítimas desafortunadas de criminosos reincidentes³⁹.

³⁸ Novamente, este processo não envolve violação dos direitos de ninguém. Ele não discrimina os clientes mais do que a prática atual de cobrar prêmios de seguro de carro mais altos de jovens do sexo masculino, mesmo que seu histórico de direção seja impecável. Não precisamos temer uma batida policial contra todas as pessoas com deficiência mental, ou todos os jovens negros do sexo masculino, porque tais práticas não seriam lucrativas. Se um determinado indivíduo estivesse realmente pagando um prêmio mais alto do que "merece", ele poderia procurar uma seguradora diferente.

³⁹ Quando assisto *“America’s most wanted”* (os mais procurados pelos estados unidos) ou leio livros que explicam como o F.B.I pega *serial killers*, fico chocado pelo número de assassinos e estupradores que infringiram a lei em liberdade condicional.

IV Conclusão

Esse ensaio delineou os mecanismos de mercado puramente voluntário de leis privadas. O tema principal do ensaio é que a competição e responsabilização iriam forçar os verdadeiros especialistas a lidarem com as decisões importantes que precisam ser feitas em qualquer sistema jurídico. É um mito estatal que a justiça deve ser provida por uma instituição monopolista de violência organizada.

Os argumentos deste ensaio são, reconhecidamente, incompletos; certamente, mais reflexão é necessária antes que uma transição para a anarquia de mercado se torne viável. No entanto, peço que o leitor resista à tentação de descartar minhas ideias como 'impraticáveis' sem antes especificar em que sentido o sistema jurídico governamental realmente funciona.



Illustration: Robert Vroman

Defesa Privada

A grande maioria das pessoas concorda que o governo é necessário para prover o essencial serviço de defesa militar. Pessoas com mente aberta podem ser genuinamente simpáticas ao argumento de uma sociedade livre.

Entretanto consideram todos sistemas de implementação da planta de uma sociedade anarquista extremamente ingênua, pois aparentemente uma sociedade baseada em relações voluntárias estaria indefesa contra estados vizinhos

Esse ensaio afirma que tal visão, ainda que popular, é completamente falsa. Não há nada de intrínseco a defesa militar que requeira o estado. O livre mercado pode prover o serviço de defesa de maneira mais barata e eficiente do que o governo pode. É tolice e imprudente confiar no estado com a proteção de vidas civis e propriedade privada. Defesa privada força gozaria de uma tremenda vantagem e em todos , mas mais importante em confrontos desfavoráveis iria massacrar os seus adversários estatais.

I Seguro

Em uma sociedade anarquista comprometida com a santidade da propriedade privada e contrato, seguradoras muito provavelmente supervisionarão os serviços de defesa⁴⁰. Para ver como o mercado iria

⁴⁰ **Esta é a posição padrão entre os autores anarcocapitalistas.** Ver, por exemplo, Linda e Morris Tannehill, *The Market for Liberty* (Nova York: Laissez Faire Books, 1984); Murray N. Rothbard, *For a New Liberty* (Nova York: Collier, 1978); e Hans-Hermann Hoppe, "The Private Production of Defense", *Journal of Libertarian Studies*

operar e uma analogia será útil.

Imagine uma grande cidade sobre uma grande falha geológica. Os residentes sofrem rotineiramente com severos terremotos, que matam dúzias de pessoas e causam bilhões de dólares em danos à propriedade. Para compensar o risco de tais desastres, as pessoas compram apólices de seguros de vida e patrimonial. Os segurados pagam prêmios fixos, enquanto os agentes da companhia de seguros prometem indenizar qualquer um que sofra danos físicos ou patrimoniais durante um terremoto, de acordo com os termos especificados no contrato.

A força da competição mantém o preço de tal seguro razoável. Atuários podem estimar os custos esperados por período para a provisão de certos níveis de cobertura, e desse modo calcular os prêmios mínimos que permitiriam à seguradora (considerando todos os fatores) manter um equilíbrio de longo prazo. Se as avaliações do mercado excederem esses preços mínimos, novas firmas irão ter o incentivo de entrar no mercado de seguros para conseguir lucrar. Suas entradas iriam abaixar os preços dos seguros para preços justos.

É crucial perceber que o comportamento dos residentes influencia muito a vulnerabilidade da cidade a terremotos, e, logo, o preço total da conta paga pelas companhias de seguros depois de cada desastre. Prédios, estradas e pontes podem ser projetados com graus diferentes de integridade estrutural e custos de construção; quanto melhor projetada, mais cara é. Por meio da estrutura de prêmios, companhias de seguro podem dar incentivos para projetos mais seguros, logo mitigando os altos custos. Empresários sedentos por dinheiro logo irão construir prédios e infra estruturas que possuem a

14, n.º 1 (inverno de 1998–1999), esp. pp. 35–42. Embora esses pensadores tenham delineado um mecanismo viável para a defesa privada, **as companhias de seguros podem não ser o veículo efetivamente utilizado** em uma sociedade anarquista real: **pode existir uma solução de mercado ainda melhor, que permanece por ser imaginada.**

combinação ideal de durabilidade e preço⁴¹. Sem qualquer necessidade de inspetores governamentais ou regulamentações estatais.

Além de encorajarem estruturas mais resistentes, companhias de seguro poderiam usar outros meios para reduzir suas exposições. Poderiam elas empregar times de sismologistas para anunciar quando ocorressem terremotos e publicar essas informações como um serviço para seus clientes. Para aqueles clientes muito pobres para pagar por moradia à prova de terremotos, as seguradoras poderiam construir abrigos e requerer que esses clientes evacuassem suas casas e se abrigassem nos abrigos de emergência⁴². Em geral, uma seguradora gastaria seus fundos com prazer para proteger seus clientes e suas propriedades, contanto que a redução esperada nas indenizações por responsabilidade civil fosse suficiente para justificar a despesa.

Assim como no livre mercado pode prover a resposta ideal para terremotos perigosos, também pode prover a melhor proteção contra exércitos estrangeiros. Como desastres naturais, guerras trazem mortes generalizadas

⁴¹ Suponha que existam duas construtoras, Shady e Reliable, e que ocorra um grande terremoto por ano. Uma ponte projetada pela Shady custa apenas US\$ 10 milhões, mas, em caso de terremoto, desabarà em 10% das vezes. Uma ponte projetada pela Reliable, por outro lado, custa US\$ 15 milhões, mas durante um terremoto tem apenas 1% de chance de desabar. (Suponha que as pontes sejam idênticas em todos os outros aspectos relevantes.) O seguro anual da ponte Shady custaria aproximadamente US\$ 1 milhão, enquanto o prêmio do seguro da ponte Reliable seria de aproximadamente US\$ 150.000. Contanto que a taxa de juros não seja superior a aproximadamente 20%, a economia nos prêmios de seguro justifica a compra da ponte Reliable, mais segura (embora mais cara). (Para simplificar, ignoramos a depreciação de pontes antigas, o tempo necessário para reconstruir uma ponte que desabou e as indenizações por danos causados por clientes mortos.) Observe que essa preferência pelo projeto mais seguro não tem nada a ver com altruísmo por parte dos proprietários de pontes, que estão apenas tentando minimizar seus custos.

⁴² O acordo preciso seria especificado contratualmente. Por exemplo, uma apólice de seguro poderia exigir que os clientes sintonizarem uma determinada estação de TV ou rádio durante uma emergência e seguissem as instruções. É claro que os clientes teriam a liberdade de ignorar esses avisos e permanecer em suas casas (relativamente inseguras), mas, com isso, perderiam qualquer indenização caso sofressem ferimentos durante o terremoto.

e destruição. Numa anarquia de mercado, seguradoras proviriam de cobertura para essas perdas, e logo teriam um grande interesse financeiro em impedir e repelir ataques militares.

II finanças

É fácil imaginar um sistema de correios privados ou até mesmo de construção rodoviária. Em contraste, o serviço de defesa privada apresenta um obstáculo conceitual, dado que não está claro o que seria o equivalente à tributação governamental e gastos militares para uma associação voluntária.

A defesa contra milícias estrangeiras é um clássico “bem público” e, como tal, o perfeito candidato para provisão governamental⁴³. Sem a habilidade de extorquir dinheiro de todos os seus cidadãos, como poderiam firmas privadas arrecadar fundos para equipamentos militares modernos? (Ademais, qualquer cidadão individualmente poderia recusar-se a comprar o “produto”, e ainda assim desfrutar da segurança provida pela contribuição de seus vizinhos) Na prática, centenas de pequenos exércitos descentralizados certamente seriam eliminados frente a um ataque consolidado de um estado vizinho.

O sistema descrito na primeira seção evita essas dificuldades aparentes. Numa sociedade livre, não é a pessoa comum, mas a companhia de seguros, que compraria serviços de defesa. Cada dólar em danos causados pela agressão estrangeira seria inteiramente compensado, e logo as seguradoras procurariam proteger as propriedades de seus clientes como se

⁴³ Na literatura econômica convencional, um bem público é definido como não excludente e não rival no consumo. Isso significa que o fornecedor não consegue limitar o acesso apenas a quem paga, e que o consumo por um indivíduo não diminui a quantidade disponível para os demais. O ar limpo é o exemplo clássico de bem público.

fossem suas próprias⁴⁴. Como a escala econômica de cobertura para grandes regiões geográficas é muito provavelmente liderada por poucas firmas dominantes, estas assegurariam preços padronizados e uma defesa coordenada.

Será útil elaborar essa consolidação hipotética. Suponha que comecemos no início de uma sociedade anarquista sem nenhum tipo de serviço de defesa.

Agora, imagine que uma séria ameaça militar de invasão e conquista por um certo estado vizinho de temperamento mercurial. Os residentes dessa sociedade livre fariam seguros sobre suas vidas e da maioria de suas propriedades, tal total de indenização em caso de invasão estaria na casa dos trilhões de dólares⁴⁵. A seguradora contrata consultores geopolíticos e conclui que o risco é de 10% ao ano de um ataque. Logo, eles precisam coletar mais ou menos \$100 bilhões por ano em prêmios para se cobrirem. Se a sociedade é composta por 10 milhões de pessoas, o gasto em seguros per capita contra a invasão estrangeira é de \$10.000. Além desse preço salgado, os residentes continuariam a ficar completamente vulneráveis.

Nessa situação sombria, um executivo da seguradora Ace tem uma ideia brilhante. Ele pode ganhar pelo preço e oferecer o mesmo nível de cobertura por, digamos, somente \$5000 por pessoa—metade do preço cobrado por seus rivais. Ele pode fazer isso investindo um pouco de seu capital em defesa militar, e por fim diminuir a probabilidade de uma invasão estrangeira. Por

⁴⁴ No jargão econômico, as agências de seguros internalizariam as externalidades positivas (entre seus clientes) dos gastos com defesa.

⁴⁵ **Esse cenário suscita uma questão interessante:** por que alguém compraria seguros contra uma conquista estrangeira? Que utilidade teria receber um cheque por uma propriedade danificada se ele também pudesse ser confiscado? Uma possível resposta de mercado seria a dispersão da propriedade por amplas áreas. Por exemplo, imobiliárias deteriam imóveis em todas as grandes cidades, em vez de concentrá-los em uma única região. Empresas de investimento levariam em conta a “localização” de um ativo financeiro ao compor portfólios diversificados. Assim, mesmo que uma sociedade livre fosse completamente dominada por um Estado, seguradoras multinacionais ainda precisariam indenizar os proprietários ausentes de grande parte dos bens confiscados.

exemplo, ele poderia pagar às agências de defesa 40 bilhões por ano para manter helicópteros, tanques, pessoal treinado e etc. e ficar em alerta constante para repelir qualquer ataque. Se essas precauções reduzirem as chances de uma invasão estrangeira para, digamos, somente 50% ao ano, então “eles se pagariam”. O executivo inovador da seguradora colheria grandes lucros e capturaria o mercado para seguros militares, enquanto os residentes aproveitaram a diminuição nos preços e aumento na segurança. Com propriedades privadas seguras contra uma expropriação estrangeira o que estimula crescimentos em investimento e em população permitindo economias de escalas maiores e maiores cortes nos preços.

Aproveitadores

Será que, realmente, o sistema acima evita o problema perene da defesa privada? Em outras palavras, pode ele lidar com o problema dos “aproveitadores” ?

Após a seguradora Ace firmar contratos de longo prazo com agências de defesa, o que impediria a firma rival — tal como a seguradora Moocher — de passar a perna na Ace ? Afinal, a probabilidade de danos à propriedade privada seria o mesmo para os clientes de ambas as seguradoras; porém, Moocher não arcaria com nenhum um centavo dos gastos com a defesa.

Esse raciocínio é perfeitamente válido; ainda assim, ele não diminui a força do argumento a favor da defesa privada. Primeiro, os clientes da seguradora não são homogêneos e conseqüentemente o mercado de defesa seria mais quimeroso ⁴⁶do que é corriqueiramente assumido pelos modelos padrões de economia. Ainda

⁴⁶Utilizo aqui o neologismo “**quimeroso**” para traduzir o termo *lumpy*. Enquanto a economia tradicional trata o mercado como uma massa homogênea de pequenos consumidores, Murphy aponta que ele é, na verdade, composto por agentes de escalas e naturezas drasticamente diferentes (indivíduos vs. grandes corporações). Assim como a Quimera mitológica ou os organismos quiméricos da biologia, o mercado de defesa é um corpo formado por partes distintas que não se fundem em uma média uniforme.

que acima tenhamos discutido acima os prêmios per capita, isso foi somente para dar uma amostra de como seriam os gastos envolvidos. Na verdade, grandes firmas proviriam a maior parte da renda para a indústria de seguros. As apólices para cobrir complexos de apartamentos, centros comerciais, fábricas, bancos e arranha-céus superariam em muito as para os indivíduos.

Conseqüentemente, não haveria aquele impasse interminável nas negociações que tanto preocupa os céticos da defesa privada. O brilhante executivo da seguradora Ace estaria completamente a par das considerações feitas acima. Se necessário, faria somente contratos de longa duração, e condicionando-os a um número mínimo de adesões de clientes. Em outras palavras, um acordo conjunto para com as maiores companhias, mas o preço especial seria aplicado apenas se houvesse a compra de número suficiente de apólices.

É verdade que isso soa meio vago. Há muitos dilemas interessantes (estudados na teoria dos jogos cooperativos) sobre o processo de negociações dessas grandes firmas e sobre como os custos de defesa iriam ser divididos entre elas. Não tenha dúvida de que a defesa militar seria adequadamente financiada, pela simples razão de que acionistas de companhias multimilionárias são qualquer coisa, menos negligentes quando se trata de dinheiro. Devido ao seu tamanho, as grandes companhias não podem ignorar o efeito de seu próprio comportamento no preparo militar⁴⁷.

Além do mais, certos tipos de propriedade — aeroportos, pontes, rodovias, usinas de energia e claro equipamentos militares — seriam sem dúvida, alvos para ataques estrangeiros, e seus donos constituem uma parcela ainda menor que se beneficiaria desproporcionalmente com os gastos com a defesa militar. Tal heterogeneidade iria enfraquecer ainda mais a característica de haver externalidade nos serviços de defesa, tornando um arranjo eficiente muito mais fácil de

⁴⁷ "Até mesmo a seguradora *Moocher* reconheceria os perigos de atrair muitos desses grandes clientes da *Ace*, já que os prêmios da *Moocher* seriam baseados no nível de segurança habitual proporcionado pelos gastos militares da *Ace*."

atingir. Aquelas companhias que acabassem pagando mais podem vir a achar que o arranjo foi injusto, porém sempre haveria um arranjo⁴⁸. Os grandes contribuintes podem vir a divulgar esse fato, da mesma forma que as grandes corporações que fazem doações ostentosas à caridade com o fim de caírem nas boas graças do público. Logo, vemos que aquela chimerosidade da indústria de defesa realista mitiga o impacto das externalidades positivas (o efeito de transbordar) do gasto militar. Visto que poucas indústrias essenciais irão pagar por um nível básico de defesa independentemente das contribuições de outros, o único perigo possível de aproveitadores seria um “fardo injusto” sobre certas corporações. Em qualquer evento, não é óbvio que haveria número grande de aproveitadores. Como argumentaremos agora, os serviços de defesa podem, afinal, ser amplamente restringidos a clientes pagantes.

No começo da discussão, tratamos uma invasão estrangeira como uma proposição booleana;⁴⁹ O estado vizinho ou rapidamente conquista a sociedade anarquista ou seria detido, efetivamente, antes de atacar. Na verdade, guerras podem se manter em empate por muitos anos. Durante tais prolongados conflitos, as companhias de seguro certamente poderiam enviar suas forças militares para limitar a proteção gratuita aos não clientes.

O mais evidente exemplo seria: escoltas navais que protegem apenas comboios de clientes pagantes. Todas as outras navegações estariam à mercê de embarcações estrangeiras. Mísseis antiaéreos protegeriam apenas essas regiões nas quais os clientes teriam propriedades privadas. E claro, os donos de imóveis nas fronteiras estariam sempre pagando por sua proteção, a menos que as agências de defesa

⁴⁸ Geralmente, o economista que afirma que a defesa privada é impraticável por causa dos **aproveitadores**, é o mesmo que diz que cartéis nunca duram, pois cada membro teria incentivos para trair o grupo. Contudo, na prática, vemos países como os da OPEP sempre alcançando consensos para controlar a produção e dividir os ganhos

⁴⁹

colocariam seus tanques e tropas numa posição mais defensável.⁵⁰

Gastos militares governamentais e os privados

As considerações acima mostram que as pessoas vivendo na anarquia de mercado poderiam superar o problema dos aproveitadores e angariar fundos suficientes para sua própria defesa. Ainda assim há um contra argumento simétrico que é comumente ignorado. É verdade que a taxaçoão coercitiva permite aos governos adquirir imensas verbas para seus projetos militares. Todavia, essa vantagem é antes um subproduto da tendência dos governos de desperdiçar seus recursos. Para uma comparação significativa entre os gastos governamentais com a defesa e a defesa privada, a última precisa ser multiplicada várias vezes, dado que as agências privadas podem comprar equipamentos militares equivalentes por somente uma fração dos seus preços pagos pelo governo. Todos sabem que os governos são gastões com o dinheiro público, e esses fundos militares sempre foram um grande componente dos gastos totais do governo. Dado que as operações deles são comumente conduzidas em terras estrangeiras e cheias de segredos, os militares podem gastar os seus fundos com quase nenhum medo de responsabilização. Os contribuintes ficaram chocados quando uma auditoria revelou que o Pentágono tinha gastado US\$600 por cada assento sanitário. O que poucos perceberam é que esse exemplo é **típico dessas instituições**. Por causa do monopólio governamental, ninguém tinha ideia de quanto um F-14 Tomcat “deveria” custar e seu preço de US\$38 milhões de dólares não surpreendeu ninguém.

⁵⁰ No extremo, podemos até imaginar agências de defesa fornecendo inteligência explícita a inimigos estrangeiros, especificando quais bairros poderiam ser bombardeados sem represálias. Os comandantes estatistas — talvez após verificarem que tais relatórios não constituíam uma armadilha — ficariam encantados em ajustar seus ataques, já que isso lhes permitiria alcançar seu objetivo, isto é, a carnificina, com menos resistência.

Esse último ponto é importante, então quero frisar que ele é uma causa direta da própria natureza do governo, não um mero acidente histórico. Se um governo aumenta sua arrecadação por meio de impostos, então ele precisa justificar esse roubo por meio de gastos no “bem público”. Exceto nos regimes mais despóticos, os governantes não podem simplesmente embolsar o dinheiro. Conseqüentemente, nenhum oficial em todo governo inteiro tem qualquer incentivo pessoal para identificar ou eliminar desperdícios.⁵¹

Na anarquia de mercado, por outro lado, os serviços de defesa seriam vendidos em mercados abertos. A acirrada competição entre fornecedores e a consciência dos custos entre compradores manteriam os preços dos assentos sanitários como também mais baixo possível os preços dos caças militares.

Calculo economico

As primeiras duas seções demonstraram que a defesa militar, como qualquer outro serviço, pode ser provido no livre mercado. Para entender melhor a tremenda vantagem que isso confere a uma sociedade anarquista, será útil primeiramente explorar a superioridade em tempos de paz das indústrias privadas em comparação aos planos governamentais. Para esse fim, revisaremos a crítica ao socialismo.

Os oponentes tradicionais do socialismo argumentam que ele apresenta incentivos insuficientes para o trabalhador médio; sem a vinculação do pagamento à performance, as pessoas fariam corpo mole, e a produção seria muito menor do que a da economia capitalista. Somente se um novo “homem socialista” evoluísse — o qual gostasse de trabalhar para seus camaradas tanto quanto trabalha para si próprio — poderia o sistema socialista ter sucesso. Ainda que

⁵¹ Recorrer a auditorias só joga o problema para a frente. Auditores públicos não têm nem de longe a mesma cobrança que os privados, porque quem os contrata — os políticos — não quer realmente cortar gastos, quer apenas **parecer austero** para o eleitorado.

valida essa crítica, ela não vai na raiz do problema. Isso levou Ludwig von Mises a explicar, num artigo de 1920, o verdadeiro calcanhar de Aquiles do socialismo: sem os preços de mercado para os meios de produção, os planejadores governamentais não podem fazer cálculos econômicos — ou seja eles literalmente não tem ideia se estão usando os recursos da sociedade eficientemente ou não. Conseqüentemente, o socialismo sofre não somente do problema de incentivos, mas também de conhecimento. Para equipararem-se em performance à economia de mercado, os planejadores socialistas não precisariam ser anjos comprometidos com o bem comum — mas sim deuses, capazes de cálculos sobre humanos.

A qualquer momento, há somente um número limitado de mão de obra, materiais brutos e recursos de capital que podem ser combinados de várias formas para criar bens de última ordem. A função principal de um sistema econômico é determinar quais bens deveriam ser produzidos e em que quantidades e de que maneira os recursos escassos devem ser alocados. A economia de mercado resolve esse problema por meio da instituição de propriedade privada, a qual implica livre concorrência e liberdade na flutuação de preços.

Os detentores de mão de obra, capital e recursos naturais — os meios de produção — são livres para vender suas propriedades pelos maiores preços. Os empresários são livres para produzir e vender quaisquer bens que queiram. O teste final de lucro ou prejuízo impõe ordem no aparente caos: se um produtor consistentemente gastar mais em seus insumos do que ganha vendendo seus produtos finais, ele irá à falência e não mais terá qualquer influência na maneira pela qual a sociedade organiza seus recursos. Em contraste, o produtor bem-sucedido cria valor para os consumidores por meio da compra de recursos a certo preço e da transformação deles em produtos que podem ser vendidos por um preço mais alto. Na economia de mercado, tal comportamento é recompensado com lucro, o qual se torna o sinal de que esse produtor em questão tem o “direito” de continuar a alocar, conforme a sua vontade, os recursos escassos de uma sociedade.

Nada disso é verdade em um estado socialista. Ainda que desejassem a felicidade de seus súditos, os planejadores governamentais desperdiçaram os recursos à sua disposição. Sem o “teste de fogo” de lucros e perdas, os planejadores não teriam retorno sobre o que dá certo e o que não dá — o feedback— e estariam tateando no escuro⁵²§8. A decisão de produzir mais sapatos e menos camisetas, ou vice-versa, seria majoritariamente arbitrária. Além disso, os indivíduos que, em última instância, seriam selecionados não o seriam pela meritocracia do mercado, mas sim pelo processo político.

Defesa privada e a pública

As vantagens gerais da indústria privada sobre o planejamento governamental aplicam-se, perfeitamente, no campo da defesa militar. Como as forças militares obtêm seu financiamento por uma via coercitiva, o elo entre produção e satisfação do consumidor é, de pronto, rompido. Devido ao seu monopólio, as forças armadas de um estado podem fingir “produtividade” indefinidamente, sem nenhum parâmetro de comparação. Mesmo em um estado limitado, cujo os súditos gozam de um alto grau de liberdade econômica, as forças armadas constituem uma linha de socialismo.

Para ter uma noção dos problemas envolvidos, imagine a situação de Josef Stalin durante a Segunda Guerra Mundial. Como um ditador absoluto, Stalin tinha à sua disposição todos os recursos — incluindo capital humano — dentro da União Soviética. Stalin precisava usar esses recursos para alcançar seus objetivos, principalmente o seu objetivo (assumiremos) de preservar e expandir seu domínio político.

⁵² Um exemplo pode ilustrar o problema: todos sabem que seria incrivelmente “desperdiçador” construir uma ponte de ouro maciço. No entanto, a grande maioria das decisões dos planejadores — não apenas sobre o que fabricar, mas sobre *como* fabricar — não são tão óbvias.

Algumas das escolhas de Stalin foram claras como cristal. Claramente, ele precisava derrubar o regime nacional-socialista alemão. E obviamente isso requeriria (antes da rendição deles) derrotar o exército alemão que sediava Stalingrado.

Todavia, quanto mais aproximamos a lupa, mais e mais as escolhas de Stalin se tornam menos claras. Ele deveria, sim, usar todo aço a sua disposição para a produção de equipamento bélico; não havendo necessidade de novos tratores no momento. Mas quanto de aço deveria ser investido para os aviões? Para os tanques (e quais modelos) ? Para os morteiros ? Para as bombas? Ou para as ferrovias (necessárias para mover os materiais para o frente de batalha)?

Sim, todos os cidadãos — jovens e velhos, doentes e saudáveis — deveriam pôr suas vidas na linha para repelir os hunos. Mas quantos deveriam, precisamente, lutar contra o inimigo ? Quantos trabalhariam em fábricas de tanques? Quantos cavariam trincheiras ao redor da cidade? Quantos pilhariam por comida (para garantir a sobrevivência durante o inverno) ?

Até mesmo as decisões táticas e estratégicas comumente utilizadas por comandantes militares têm a mesma pegada. Um atirador de elite, como Vasily Zaitsev, deveria, sim, ser usado como sniper em vez de bombardeiro ou trabalhador de chão de fábrica. Contudo, como melhor usar Vasily ? deveria ele ser mandado a matar o máximo de alemães o mais rápido possível? Certamente que não, pois a cada disparo ele revelava mais de sua posição. Mas não seria cautela demais tê-lo esperando por meses na esperança de um tiro certo em um general.

É evidente que Stalin (ou seus subordinados) deveria ter tomado todas essas decisões e uma centena de outras; todas arbitrárias e tateando no escuro. O objetivo do período de guerra de expulsar o inimigo não é diferente do problema da produção de comida nos tempos de paz. Em ambos os casos, as ações de Stalin levaram à morte

milhares de seu próprio povo. Assim como um mercado livre na agricultura teria evitado a fome, um mercado livre na defesa teria evitado um número tão monstruoso de vítimas.

Defesa Privada

O cálculo econômico permite aos empresários discernir se o plano foi lucrativo ou não. Ele permite que empreendimentos bem sucedidos se expandam e faz com que operações mal sucedidas desmantelam-se. O mercado está constantemente ajustando-se às mudanças de informação: condições da cadeia de suprimentos, demandas dos consumidores e conhecimento técnico.

Agora que entendemos a maneira pela qual companhias de seguros poderiam, objetivamente e quantitativamente, apreciar o sucesso militar, é fácil de ver as vantagens da defesa privada. Nessa situação, comparável à batalha de Stalingrado, a comunidade anarquista iria responder na maneira mais eficiente e humana possível. Seguradoras determinariam o valor relativo de vários alvos militares e colocariam recompensas sobre eles (pela captura ou eliminação). Indivíduos, livres para manejar seus próprios recursos em paz, irão tentar várias técnicas para produzir esse “serviço”. Alguns comprariam tanques e contratariam homens para atacar os alemães de frente; outros comprariam morteiros para bombardeá-los. Uns contrariam propagandistas e ofereceriam subornos para atrair desertores.

Com o tempo, somente as melhores firmas de defesa iriam sobreviver. Elas expandiriam suas operações, aumentando a eficiência geral dos esforços de guerra. Por operarem num sistema de direitos de propriedade privada, eles necessitariam comprar todos os seus recursos, incluindo mão de obra. Isso garantiria que os recursos fossem usados eficientemente o máximo possível. (Por exemplo, áreas no fronte de batalha que precisariam urgentemente de soldados e munição iriam

aumentar os salários ou preços, evitando arbitrariedade das tropas governamentais de envio e suprimento). Ainda que — reduzindo os custos de transações e maximizando o tempo de resposta—uma única firma monopolize a defesa de uma região, essa ainda poderia fazer a contabilidade interna de custos e calcular lucratividade de seus diversos ramos.

Talvez o mais importante seja que a livre concorrência garantiria que seriam recompensados os avanços tecnológicos e estratégicos fossem recompensados e rapidamente implementados. Em contraste, um governo militar precisa depender da cadeia de comando burocrática que comumente reprime inovações — especialmente inovações estrangeiras. Uma confrontação militar entre estadistas e uma sociedade livre, literalmente, seria uma guerra de poucas mentes contra milhões de mentes.

Alhos e Bugalhos

Essa discussão teórica certamente provocará comentários cínicos: “Eu gostaria de ver o que a sua seguradora faria se visse uma divisão *Die Panzer* “

Contudo, tais discussões perdem o fio da meada do assunto. Já demonstramos que o sistema de defesa privada é o mais efetivo, não que seja invulnerável. Sim, uma pequena sociedade anarquista seria incapaz de repelir todo o poderio militar da Alemanha Nacional-Socialista. Porém para uma pequena sociedade estatista seria ainda pior— a propósito, várias milícias governamentais foram obliteradas pelos exércitos de Hitler.

Perícia

Alguém pode ponderar se indivíduos privados seriam tão qualificados em relação a assuntos belicosos como profissionais governamentais. Certamente, Colin Powell é um general melhor do que o Bill Gates.

Esse fato depende do monopólio de status do exército norte americano. Se indivíduos privados fossem permitidos a competir com os generais do pentágono, a incompetência deles iria ser nítida. Os investidores da bolsa de valores não são peritos em esportes profissionais ou cozinha estrangeira, ainda assim a propriedade privada ainda assim entrega excelentes clubes de baseball e restaurantes franceses. Executivos inteligentes contratam outros para achar indivíduos talentosos.

Inteligencia

Até mesmo um exército regulado pelo regime de propriedade privada e contratos se sairia bem em guerras desde o começo. E o combate militar moderno, com sua espionagem moderna? Não poderia haver um espião anarquista? Agências de defesa privadas financiaram pesquisas, como muitas companhias fazem. Elas contratariam analistas e coletariam informações de qualquer maneira juridicamente permissível. Provavelmente, o computador mais poderoso e o mais avançado decodificador residiria numa sociedade anarquista. Qualquer que seja (se houver) a perda causada pelas proibições sobre escutas telefônicas e tortura, ela seria mais do que compensada em eficiência⁵³.

Nesse tópico, notamos que a contrainteligência iria provavelmente ser bem limitada. Agências de defesa teriam (possivelmente) vários grandes compradores e operariam num mercado livre. Conseqüentemente, eles

⁵³ A CIA, apesar de seus poderes abrangentes e orçamentos imensos, falhou em prever o colapso da União Soviética, abrigou um agente infiltrado (mole) por anos, causou o bombardeio acidental da Embaixada da China e falhou em impedir os ataques de 11 de setembro (apesar da descoberta de planos terroristas semelhantes já em 1995)

precisariam propagandear as capacidades de seus produtos. Essa abertura, no entanto, é uma virtude: que melhor forma de evitar derrotas militares do que exibindo aos seus potenciais inimigos quão avançado seu inimigo anarquista estaria? As agências de defesa numa sociedade livre nada teria a esconder dos governos.⁵⁴

Ganhar ou morrer

A natureza da defesa militar a torna menos compatível com o mecanismo de correção por tentativa e erro do livre mercado.

Uma nação pode passar anos se preparando para um ataque sem receber nenhum feedback sobre a qualidade de seus esforços. Uma invasão repentina poderia então eliminar os defensores privados antes que eles tivessem a chance de se adaptar. Essa situação é diferente do cotidiano empresarial, o qual permite a experimentação com diferentes técnicas e a poda das ineficiências.

Para responder a essa objeção, precisamos lembrar que a defesa privada, diferentemente do governo, não precisa estar limitada a clientes regionais. Agências de defesa multinacionais⁵⁵ poderiam dar consultoria, por exemplo, sobre um serviço de jatos para várias seguradoras em várias áreas do mundo. Ainda que estratégias inadequadas ou treinamentos⁵⁶ ruins mantenham-se camuflados até um desastre repentino, no máximo uma das franquias da agência seria perdida.

⁵⁴ Certas precauções seriam obviamente tomadas. Por exemplo, o dono de uma fábrica não contrataria um diplomata inimigo por medo de sabotagem. Mas, como proprietário da fábrica, tal política está perfeitamente dentro de seus direitos; ele não precisaria de nenhuns "poderes de guerra" especiais.

⁵⁵ Hoppe escreve: "[T]odas as companhias de seguro estão conectadas através de uma rede de acordos contratuais de assistência mútua e arbitragem, bem como por um sistema de agências de resseguro internacional, representando um poder econômico combinado que apequena o da maioria, se não de todos, os governos existentes" (p. 36).

⁵⁶ Warren Earl Tilton II propôs que as forças de defesa privada poderiam manter sua vantagem competitiva engajando-se em competições televisadas, uma sugestão que também amenizaria o problema do financiamento. Notamos que (assim como nos esportes profissionais) esses concursos seriam justos, em contraste nítido com, digamos, os testes manipulados de ABM do Pentágono, dos quais dependem bilhões de dólares em verbas de clientelismo.

As outras estudariam o incidente e aprenderiam a evitá-lo.

Em tal ambiente, estrategistas militares de todo o mundo colaborariam na nova arte da defesa. Enquanto planejadores governamentais guardam seus segredos receosos de protocolos, as agências anarquistas contratariam as mentes mais inteligentes e brilhantes. Especialistas fariam turnos de uma região a região, dando treinamentos nas táticas e com os equipamentos⁵⁷ mais novos. Armas tecnologicamente mais avançadas seriam estocadas em locais centrais e alugadas a sociedades anarquistas que estariam sob perigo iminente. Essa partilha — inimaginável para os militares governamentais, exceto em situações de extrema necessidade — reduziria ainda mais o custo da defesa privada.

Armas Nucleares

A proposta de uma defesa privada precisa lidar com a possibilidade de chantagem nuclear. Nas guerras modernas, parece ser o caso de que, para uma nação estar segura, ela precisa ter o poder de cumprir uma ameaça de obliterar seus inimigos com um lançamento nuclear.

A Sociedade Anarquista provavelmente não iria produzir nem possuir tais armas. Primeiro, o termo 'defesa' foi adotado propositalmente nesse artigo, e não como um eufemismo, como é comumente feito nas propagandas governamentais. Porque eles não ganhariam nada com conquista de terras estrangeiras — dado que isso constituiria roubo e logo seria totalmente processado nos tribunais anarquistas — os donos das agências de defesa não teriam razão para gastar dinheiro com armas que não fossem feitas para defesa tática⁵⁸. Armamentos de precisão seriam de importância indispensável, visto

⁵⁷ É verdade que oficiais militares do governo adotam os mesmos tipos de comportamento, mas em uma escala muito menor do que seria o caso em um mercado livre.

⁵⁸ Por exemplo, George W. Bush estaria gastando 1 bilhão de dólares por mês bombardeando cavernas no Afeganistão se o dinheiro fosse dele?

que batalhas seriam travadas perto ou em meio aos clientes⁵⁹ das agências de defesa.

Talvez uma consideração ainda mais importante seja que agências de defesa, muito provavelmente, seriam legalmente proibidas de possuírem armas de destruição em massa. O sistema jurídico anarquista operária sob os mesmos princípios de contratos voluntários que fundamentam a indústria de defesa.

Companhias de seguros seriam fiadoras de seus clientes e garantiriam compensações para cada pessoa vitimada por seus clientes. Para diminuir a sua responsabilidade jurídica, as seguradoras requereriam certas concessões de seus clientes. É difícil de imaginar que uma agência de seguro aceitaria indenizar, digamos, US\$ 1.000.000 para qualquer pessoa (inocente) morta pela firma de defesa X, enquanto a firma X mantém um estoque de bombas nucleares.

A despeito da provável ausência de armas nucleares, a sociedade anarquista mantém-se como uma opção viável. Os exemplos mais óbvios são as sociedades estatistas que, atualmente, sobrevivem sem armamento nuclear. Por sua própria natureza, a sociedade anarquista seria um vizinho inofensivo⁶⁰. Nenhum estado temeria um ataque militar anarquista e, portanto, não haveria ataques preventivos (diferentemente do ataque japonês em Pearl Harbor). Sem impostos, regulamentações, tarifas ou quotas imigratórias, a sociedade anarquista seria de valor tremendo para os

⁵⁹ Essas considerações também mostram por que uma sociedade anarquista não precisaria temer um governo estrangeiro usando o próprio armamento (avançado) dessa sociedade contra ela. Empresas de defesa privada provavelmente venderiam seus produtos para compradores estrangeiros (dependendo do status legal dos governos nos tribunais anarquistas), mas estes seriam projetados para uso defensivo. Provavelmente não haveria porta-aviões, bombardeiros de longo alcance ou submarinos capazes de viagens transoceânicas.

⁶⁰ Isso, naturalmente, implica que um mundo de sociedades anarquistas estaria livre da guerra.

maiores governos. ⁶¹Certamente, eles iriam protegê-la da intimidação de rivais com poder nuclear⁶².

Lições da história

Os registros históricos corroboram a nossa discussão teórica. Campanhas militares de governos são caracterizadas por erros crassos que seriam cômicos se não fossem trágicos⁶³. A única razão que certos poderes tais como os Estados Unidos mantêm sua aura de dominância é que ele só luta contra outros governos⁶⁴.

⁶¹ O cínico pode acreditar que os grandes governos perceberiam uma sociedade anarquista bem-sucedida como uma ameaça. Embora isso fosse verdade até certo ponto, políticos não são estúpidos; eles raramente destroem parceiros comerciais lucrativos, especialmente aqueles com a habilidade de se defenderem.

⁶² Este argumento é, reconhecidamente, um tanto curioso; ele parece admitir o benefício de algum aparato coercitivo. Mas observe como a crítica mudou. Geralmente, o crítico da defesa privada diz que ela pode funcionar na teoria, mas não na prática. Agora, o crítico se queixa de que a defesa privada pode funcionar na prática, mas não na teoria.

⁶³ As tropas do General Washington em Valley Forge estavam absurdamente mal equipadas, com muitos soldados sem sapatos. Durante a Guerra Civil, generais da União atrasaram a introdução de um rifle mais moderno por medo de que seus homens desperdiçassem munição. Os defensores do poder aéreo foram ridicularizados na Primeira Guerra Mundial. Almirantes britânicos recusaram-se obstinadamente a organizar comboios para seus navios em resposta aos submarinos alemães (*U-boats*), até que seus aliados dos EUA os convencessem do contrário. A Linha Maginot provou ser uma piada de mau gosto. O exército polonês usou cavalaria contra a *blitzkrieg* alemã, após dizer aos seus homens que os tanques eram feitos de papelão. As falhas de inteligência em torno de Pearl Harbor foram tão monumentais que chegaram a dar credibilidade a teóricos da conspiração. Capitães do Serviço Silencioso (*Silent Service*) aprenderam, nos estágios iniciais da Segunda Guerra Mundial, que, devido a um problema no mecanismo do pino, impactos diretos faziam com que seus torpedos não explodissem — e, por isso, eles miravam propositalmente para obter disparos de raspão. O fabricante conseguiu negar o problema por anos antes de finalmente corrigi-lo. Exemplos de erros militares grosseiros abundam.

⁶⁴ A incapacidade de uma coalizão composta pelos governos mais fortes do mundo em eliminar um único homem — Osama bin Laden — após meses de "determinação", ressalta os limites do poder estatal.

Até agora restringimos nossa atenção a exércitos do governos por si só. Na realidade, o estado atrapalha todas as suas operações com os controles em tempos de leis marciais, enfraquecendo ainda mais sua efetividade militar. Controle de preços não só causam a irritação em consumidores — com racionamentos, por exemplo: “quintas sem carne”— mas também reduzem a produção⁶⁵. Guerras modernas são ganhas com materiais. Não é acidente que as nações mais livres comumente ganham suas guerras.

É um mito estatal que o abuso dos direitos deve ser respondido com bondade. Bertrand de Jouvenel em seu clássico "O Poder — História Natural do Seu Crescimento" argumenta que os outros países da Europa não tiveram outra escolha a não ser instituir conscrição em resposta a Napoleão⁶⁶. Ainda assim, esse exemplo prova apenas a imaginação descabida dos planejadores governamentais. Certamente, uma sociedade anarquista resiliente iria ter usado sua superioridade tecnológica e capacidade industrial para fomentar exércitos voluntários⁶⁷ com fortes, canhões, cavalos e armaduras protetivas, suficientes

⁶⁵ O controle de preços é particularmente desastroso para países que enfrentam um bloqueio. Sem lucros lucrativos [ou compensadores], por que os contrabandistas arriscariam o confisco ou até mesmo a morte?

⁶⁶ O argumento de Jouvenel: Um Rei absoluto do século XVII não conseguia instituir o recrutamento militar obrigatório (conscrição) sem enfrentar uma revolta total. Já o Estado moderno, agindo em nome "do povo", consegue enviar milhões para a morte nas trincheiras porque as pessoas sentem que estão obedecendo a si mesmas."Bertrand de Jouvenel, *Sobre o Poder: A História Natural de seu Crescimento* (Indianápolis: Liberty Fund, 1993), p. 164."

⁶⁷ O uso de soldados pagos, que encarassem seu trabalho apenas como uma escolha ocupacional, também evitaria os perigos impostos por exércitos permanentes, os quais os governos inevitavelmente utilizam contra seus próprios súditos.

para repelir conscritos^{68|69} ainda que esses sejam numerosos, mas mal equipados e mal treinados.

A analogia da França lutando com os outros poderes da Europa é inapropriada. Se um exército estatal um dia atacasse uma sociedade anarquista, a situação seria semelhante à guerra do Vietnã com , mas com poderio tecnológico invertido. Haveria um embate de culturas similar com o encontro de Pizarro com o imperador dos Incas Atahualpa⁷⁰.

As vantagens da propriedade privada se manifestam na produção de serviços de defesa como em qualquer outro setor. Não há nada de mágico sobre as forças militares do Estado; se tivessem menos tanques e aviões e organização inferior, eles iriam perder para seus oponentes anarquistas. Um pequeno país com Taiwan pode superar a China comunista na área econômica. Ele poderia se defender de forma igualmente eficiente se seus habitantes simplesmente abandonassem a fé no governo, na polícia e nos exércitos, e abraçassem a liberdade total.

⁶⁸ A conscrição, longe de ser uma ferramenta valiosa dos governos, permite apenas que eles desperdicem seu recurso mais precioso. No papel, os estados do Sul deveriam ter sobrevivido facilmente aos ataques do Norte. Mas seus comandantes — treinados em West Point — evitaram táticas de guerrilha "indignas de cavalheiros" e, em vez disso, reuniram seus homens aptos e os marcharam em direção às armas da União. Veja Jeffrey Rogers Hummel, *Emancipating Slaves, Enslaving Free Men* (Chicago: Open Court, 1996), pp. 178–179.

⁶⁹ Notamos também a dificuldade relativa que Napoleão enfrentaria ao conquistar um vizinho anarquista (em oposição a um estatista). Sem um governo centralizado, não existe instituição com autoridade para se render a uma potência estrangeira (veja Hoppe, p. 49). Ao criarem um aparato coercitivo de tributação e controle sobre seus súditos, os outros Estados europeus tornaram a tarefa de Napoleão muito mais fácil. Em contraste, os britânicos levaram anos para subjugar a Irlanda, com suas instituições descentralizadas.

⁷⁰ Em uma das vitórias militares mais desequilibradas da história, "Pizarro, liderando um grupo maltrapilho de 168 soldados espanhóis, estava em terreno desconhecido, ignorante quanto aos habitantes locais, completamente fora de contato com os espanhóis mais próximos... e longe do alcance de reforços oportunos. Atahualpa estava no centro de seu próprio império de milhões de súditos e imediatamente cercado por seu exército de 80.000 soldados... No entanto, Pizarro capturou Atahualpa poucos minutos depois que os dois líderes se viram pela primeira vez." Veja Jared Diamond, *Armas, Germes e Aço* (Nova York: W. W. Norton & Co., 1999), p. 68.

Bibliografia para o Anarco Capitalismo

Compilado por Hans Herman Hoppe

Aqui estão as leituras essenciais para o anarco-capitalismo, o qual pode ser também chamado a ordem natural, anarquia de propriedade privada. Anarquia ordenada, capitalismo radical, sociedade de leis privadas ou sociedade sem estado. Isso não pretende ser uma lista abrangente. De fato, foram incluídas apenas obras em língua inglesa atualmente em catálogo.

I-Murray Newton Rothbard e austro libertarianismo

No topo de toda lista de leitura sobre anarcocapitalismo deve estar o nome de Murray. N. Rothbard. Não haveria o movimento anarcocapitalista sem Rothbard. Seu trabalho tem inspirado e definido o pensamento de até mesmo libertários como R. Nozick, o qual desviou se , significativamente, de Rothbard, seja metodologicamente ou em essência. O trabalho inteiro de Rothbard é relevante a matéria do anarcocapitalismo, mas os mais deles importantes são:

Éticas da Liberdade: a apresentação e defesa mais abrangente e compreensiva do código de lei libertário já escrito. Fundamentado na tradição da lei natural e em seu estilo dedutivo-axiomático de raciocínio Rothbard explica o conceito de direitos humanos, auto-propriedade, apropriação originária, contrato, agressão e punição. Ele demonstra como o estado é moralmente injustificável e oferece uma refutação avassaladora das posições de proeminentes libertários de estado limitado como: Ludwig von Mises, F.A. Hayek, I.Berlin e Robert Nozick.

Por uma Nova Liberdade: O Manifesto Libertário.
Rothbard aplica princípios libertários abstratos para resolver o problema atual Estado assistencialista. Como uma sociedade sem estado proveria certos bens como: educação, dinheiro, estradas, polícia, tribunais, defesa nacional, previdência, proteção ambiental etc ? Aqui estão as respostas.

Homem, Economia e Estado com Poder e Mercado. é a análise teórica mais abrangente das ineficiências e efeitos contraproducentes de cada forma imaginável de formas de interferências governamentais no mercado, desde: controle de preço, cartéis compulsórios, leis antitrust, licenças, tarifas, trabalho infantil, patentes ou qualquer forma de taxaçoão (incluindo a proposta de Henry George de "taxa unica" baseado no local)

Egalitarismo como uma revolta contra a natureza é uma maravilhosa coletânea dos artigos de Rothbard de cunhos: filosóficos, econômicos e de aspectos históricos do libertarianismo que vão desde a guerra, revolução, crianças e a liberação das mulheres. Rothbard mostra sua dívida intelectual com Ludwig Von Mises e economia austríaca (praxiologia) e com Lysander Spooner e Benjamin Tucker e a filosofia política de anarquistas individualistas. Essa coleção é a melhor introdução a Rothbard e seu programa de pesquisa libertario.

O livro de quatro volumes chamado *Conceived in Liberty* é uma narrativa abrangente da história colonial americana e do papel das ideias libertárias e dos movimentos. A obra magistral de 2 volumes chamada *História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Austríaca* traça o desenvolvimento do pensamento econômico-libertario e do pensamento filosófico-libertario durante a história intelectual. *The Irrepressible Rothbard* possui incríveis comentários libertários sobre os âmbitos sociais, políticos e de pautas culturais escritos durante as últimas décadas da vida de Rothbard.

Justin Raimondo já tinha escrito uma brilhante biografia: *"An Enemy of the State: The Life of Murray N. Rothbard.*

A tradição austro-libertária inaugurada por Rothbard é continuada por Hans Hermann Hoppe. Em *Democracia o Deus que Falhou*; Hoppe compara a monarquia, favoravelmente, a democracia mas critica ambas de eticamente e economicamente ineficientes e advoga por uma ordem natural por meio de competições no serviço de segurança e seguros. Ele revisa os fundamentos da ortodoxia das interpretações históricas e reconsidera a questão central da estratégia libertária. *A Economia e a Ética da Propriedade Privada* inclui a defesa axiomática de Hoppe sobre o princípio de auto propriedade e apropriação originária: qualquer um que argumente contra esses princípios incorre em uma refutação performática ou contradição prática.

O mito da defesa nacional é uma coletânea de artigos da assembleia internacional de cientistas sociais sobre a relação entre Estado e guerra e a possibilidade de uma defesa não estatal: por milícias, mercenárias, guerrilheiros e agências de proteção/seguradoras e etc.

II abordagens alternativas para o anarcocapitalismo

Os autores a seguir chegam em conclusões parecidas mas por meios e estilos diferentes. Embora Rothbard e Hoppe sejam uma espécie de jusnaturalistas e praxeológicos, existem também utilitaristas, deontologistas, empiristas, historicistas, positivistas e simples defensores ecléticos do anarcocapitalismo.

O livro de Randy E. Barnett *The Structure of Liberty* é uma incrível discussão dos requerimentos de uma sociedade liberal-libertária do ponto de vista de um Advogado e teórico do direito. Fortemente influenciado por F.A. Hayek, Barnett usa o termo ordem constitucional policêntrica para o anarco capitalismo.

O livro de Randy E. Barnett : *The Enterprise of Law* é o estudo histórico-empírico mais abrangente do anarcocapitalismo. Benson nós dá evidências empíricas em abundância para a eficiência produtiva do mercado de leis e ordem. O segundo Livro de Benson — *To Serve and Protect*— também é igualmente recomendado.

O livro de David Friedman *The Machinery of Freedom* apresenta uma perspectiva utilitarista para o anarcocapitalismo: um artigo curto de se ler e com muitas aplicações para a educação sobre a proteção da propriedade privada.

A abordagem de Anthony de Jasay pende para uma ética deontológica. Seu livro chamado: *in The State, in Choice, Contract, Consent* e sua outra coletânea de artigos chamado: *Against Politics* é teórico com uma pegada neoclássica mais teoria dos jogos. É uma brilhante crítica da escolha pública e da economia constitucional— e com tendências minarquistas.

O livro de Morris e Linda Tannehill, chamado *O Mercado pela Liberdade*, tem uma notável tendência randiana. Todavia, os autores usam o argumento de Ayn Rand pro estado em suporte da afirmação contrária— a conclusão anarquista. É fora de série, contudo ignora muito a análise de operações de competição entre provedores de segurança(seguradoras, árbitros, etc)

III. Precusores do anarcocapitalismo moderno

O movimento intelectual: Anarco Capitalismo contemporâneo tem alguns fora de série precusores dos séculos XIX e início do século XX. Ainda que algumas vezes deficientes— a questão da propriedade fundiária na tradição de Herbert Spencer e a teoria do dinheiro e dos juros na tradição de Spooner-Tucker— os seguintes títulos mantêm- se indispensáveis e grandemente insuperados. (essa listagem é cronológica e sistemática, ao em vez de alfabética).

O artigo revolucionário de Gustave de Molinari de 1849 chamado *Da Produção de Segurança* é provavelmente o mais importante contribuição para a teoria moderna do anarcocapitalismo. Molinari argumenta que o monopólio é ruim para os consumidores e que isso também acontece com o monopólio da proteção. Demanda competição nessa área de produção de segurança como para qualquer outra área de produção.

O livro de Herbert Spencer *Social Statics* é uma fantástica discussão filosófica sobre direitos naturais na tradição Lockeana. Spencer defende o direito de ignorar o estado. Também recomendo fortemente seu *Principles of Ethics*.

Auberon Herbert foi um aluno de Spencer. Em *The Right and Wrong of Compulsion by the State*, Herbert desenvolve a ideia spenceriana de liberdade igual, a qual é logicamente consistente com o objetivo do anarcocapitalismo. Herbert é o Pai do Voluntarismo.

Lysander Spooner foi um advogado americano e teórico do direito do séc XIX. Ninguém, que já tenha lido o livro *Sem Traição*, incluindo *The Lysander Spooner Reader*⁷¹, irá olhar com os mesmos olhos o governo. Spooner estraçalha a ideia de um contrato social.

O Men Against The State por James J. Martin é uma breve história sobre a história do pensamento anarquista e movimentos paralelos nos E.U.A no séc XIX, com foco particular em Lysander Spooner e Benjamin Tucker.

Franz Oppenheimer foi um anarquista de esquerda e sociólogo alemão. Em *O Estado*, ele faz a distinção entre o método econômico (pacífico e produtivo) e o método político (coercitivo e parasítico) de aquisição de dinheiro, e explica que o estado é um instrumento de dominação e exploração.

Albert J. Nock foi influenciado por Franz Oppenheimer. Em *Nosso Inimigo, o Estado*, ele explica a natureza antissocial e predatória do Estado e estabelece uma distinção nítida entre 'governo' (como uma autoridade reconhecida voluntariamente) e o 'Estado'. Nock, por sua vez, influenciou Frank Chodorov, que viria a influenciar o jovem Murray Rothbard. Em seu *Fugitive Essays* — uma coletânea de comentários políticos e econômicos pró-mercado e antiestatais — Chodorov ataca a tributação como sendo roubo.

⁷¹ *The Lysander Spooner Reader* é uma coletânea dos artigos do mesmo. Não possui tradução para português, todavia todos os artigos desta coletânea foram traduzidos individualmente !

IV. Obras Compatíveis

As obras a seguir, embora não tenham sido escritas por libertários radicais— ou mesmo libertários comuns— e não tratem do assunto do anarcocapitalismo, são essenciais para um entendimento profundo da liberdade, ordem natural e Estado.

O livro de John V. Denson chamado *Os Custos Da Guerra* é uma coletânea de artigos por um grupo ímpar de libertários e professores paleo-conservadores de várias disciplinas. Expõem a natureza agressiva do estado. Possivelmente o livro anti-guerra mais persuasivo poderoso já escrito. Também deve ser recomendado o livro *Reassessing the Presidency : The Rise of the Executive State and the Decline of Freedom*.

O livro “Secession, State, and Liberty” por David Gordon é uma coleção de artigos por filósofos contemporâneos, economistas e historiadores em defesa do direito de secessão.

O livro de Friedrich A. Hayek chamado de *Direito, legislação e liberdade - Sobre regras e ordem: Sobre regras e ordem*, é um importante estudo sobre a evolução espontânea da lei e da distinção da lei e legislação e leis públicas e privadas.

O livro de Bertrand de Jouvenel *O Poder: História Natural de seu Crescimento*, é um relato fora da curva de bom sobre o crescimento do poder estatal, com várias e importantes descobertas sobre o papel da aristocracia como defensor da liberdade e a democracia das massas (democracia-moderna) como apoiadora do poder estatal. Relacionado a isso, é igualmente recomendado a sua obra *Sovereignty*.

O livro: *Discurso da Servidão Voluntária* do Etienne de la Boétie, é um clássico do séc XVI que é um estudo sobre a fonte do poder estatal. La Boétie mostra que o poder estatal se sustenta exclusivamente na “opinião” pública.

Logo, todo estado pode ruir— instantaneamente sem nenhuma violência— simplesmente pela mudança na opinião pública.

Liberdade e a Lei por Bruno Leoni, é um dos primeiros e até certo ponto um tratado superior dos tópicos similares discutidos por Hayek. Leoni mostra a lei romana como algo descoberto por juízes independentes que inata ou legislada por uma autoridade central— logo algo similar a lei dos comuns inglesa.

Robert Nisbet, em *The Quest for Community* (anteriormente publicado sob o título mais descritivo *Community and Power*), explica a função protetora das instituições sociais intermediárias e a tendência do Estado de enfraquecer e destruir essas instituições a fim de obter controle total sobre o indivíduo isolado. O *Journal of Libertarian Studies* — uma revista trimestral interdisciplinar fundada por Murray N. Rothbard e atualmente editada por Hans-Hermann Hoppe — é um recurso indispensável para qualquer estudante sério do anarcocapitalismo e do conhecimento libertário. Os seguintes artigos do JLS [*Journal of Libertarian Studies*] tratam de forma mais direta do anarcocapitalismo:

ANDERSON, Terry; HILL, P. J. O Experimento Americano em Anarcocapitalismo. *Journal of Libertarian Studies*, v. 3, n. 1, [s.d.].

- Título traduzido: “O Experimento Americano em Anarcocapitalismo”.

BARNETT, Randy E. Para onde vai a anarquia? Robert Nozick justificou o Estado? *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 1, [s.d.].

- Título traduzido: “Para onde vai a anarquia? Robert Nozick justificou o Estado?”.
- Nota: Esse artigo é uma resposta famosa ao livro *Anarquia, Estado e Utopia* do Nozick.

BARNETT, Randy E. Em direção a uma teoria do naturalismo jurídico. *Journal of Libertarian Studies*, v. 2, n. 2, [s.d.].

BENSON, Bruce L. A Aplicação dos Direitos de Propriedade Privada em Sociedades Primitivas. *Journal of Libertarian Studies*, v. 9, n. 1, [s.d.].

BENSON, Bruce L. Direito Consuetudinário com Meios Privados de Resolução de Disputas e Distribuição de Justiça. *Journal of Libertarian Studies*, v. 9, n. 2, [s.d.].

BENSON, Bruce L. Troca Recíproca como Base para o Reconhecimento da Lei. *Journal of Libertarian Studies*, v. 10, n. 1, [s.d.].

BENSON, Bruce L. Restituição na Teoria e na Prática. *Journal of Libertarian Studies*, v. 12, n. 1, [s.d.].

BLOCK, Walter. Transporte de Mercado Livre: Desestatizando as Estradas. *Journal of Libertarian Studies*, v. 3, n. 2, [s.d.].

BLOCK, Walter. O Caminho da Servidão de Hayek. *Journal of Libertarian Studies*, v. 12, n. 2, [s.d.].

CHILDS, Roy A. Jr. A Mão Invisível Revida. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 1, [s.d.].

CUZÁN, Alfred G. Alguma vez realmente saímos da Anarquia? *Journal of Libertarian Studies*, v. 3, n. 2, [s.d.].

DAVIDSON, James D. Nota sobre Anarquia, Estado e Utopia. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 4, [s.d.].

ESHELMAN, Larry. Força versus Direito. *Journal of Libertarian Studies*, v. 12, n. 1, [s.d.].

EVERS, Williamson M. Em direção a uma Reformulação da Lei dos Contratos. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 1, [s.d.].

EVERS, Williamson M. A Lei das Omissões e a Negligência de Crianças. *Journal of Libertarian Studies*, v. 2, n. 1, [s.d.].

FERRARA, Peter J. Retribuição e Restituição: Uma Síntese. *Journal of Libertarian Studies*, v. 6, n. 2, [s.d.].

FIELDING, Karl T. O Papel da Justiça Pessoal no Anarcocapitalismo. *Journal of Libertarian Studies*, v. 2, n. 3, [s.d.].

GRINDER, Walter E.; HAGEL, III, John. Em direção a uma Teoria do Capitalismo de Estado. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 1, [s.d.].

HART, David M. Gustave de Molinari e a Tradição Liberal Anti-Estatista. *Journal of Libertarian Studies*, v. 5, n. 3; v. 6, n. 1, [s.d.]. (Artigo dividido em 3 partes).

- HOPPE, Hans-Hermann. Falácias da Teoria dos Bens Públicos e a Produção de Segurança. *Journal of Libertarian Studies*, v. 9, n. 1, [s.d.].
- HOPPE, Hans-Hermann. Análise de Classe Marxista e Austríaca. *Journal of Libertarian Studies*, v. 9, n. 2, [s.d.].
- HOPPE, Hans-Hermann. A Produção Privada de Defesa. *Journal of Libertarian Studies*, v. 14, n. 1, [s.d.].
- KINSELLA, N. Stephan. Punição e Proporcionalidade. *Journal of Libertarian Studies*, v. 12, n. 1, [s.d.].
- KINSELLA, N. Stephan. Novas Direções Racionalistas na Teoria dos Direitos Libertários. *Journal of Libertarian Studies*, v. 12, n. 2, [s.d.].
- KINSELLA, N. Stephan. Inalienabilidade e Punição. *Journal of Libertarian Studies*, v. 14, n. 1, [s.d.].
- LIGGIO, Leonard P. Charles Dunoyer e o Liberalismo Clássico Francês. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 3, [s.d.].
- MACK, Eric. Voluntarismo: O Pensamento Político de Auberon Herbert. *Journal of Libertarian Studies*, v. 2, n. 4, [s.d.].
- MCELROY, Wendy. A Cultura do Anarquismo Individualista no Final do Século XIX na América. *Journal of Libertarian Studies*, v. 5, n. 3, [s.d.].
- MCGEE, Robert W. Secessão Reconsiderada. *Journal of Libertarian Studies*, v. 11, n. 1, [s.d.].
- OSTERFELD, David. Inconsistências Internas nos Argumentos a Favor do Governo: Nozick, Rand, Hospers. *Journal of Libertarian Studies*, v. 4, n. 3, [s.d.].
- OSTERFELD, David. Anarquismo e a Questão dos Bens Públicos: Direito, Tribunais e a Polícia. *Journal of Libertarian Studies*, v. 9, n. 1, [s.d.].
- PAUL, Jeffrey. Nozick, Anarquismo e Direitos Procedimentais. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 4, [s.d.].
- PEDEN, Joseph R. Direitos de Propriedade no Direito Celta Irlandês. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 2, [s.d.].

- PETERSON, Steven A. Desenvolvimento Moral e Críticas ao Anarquismo. *Journal of Libertarian Studies*, v. 8, n. 2, [s.d.].

RAICO, Ralph. Teoria da Exploração Liberal Clássica. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 3, [s.d.].

ROTHBARD, Murray N. Robert Nozick e a Imaculada Conceição do Estado. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 1, [s.d.].

- Nota: Um dos ataques mais brilhantes à ideia de que o Estado pode surgir de forma legítima.

ROTHBARD, Murray N. Conceitos do Papel dos Intelectuais na Mudança Social em Direção ao Laissez Faire. *Journal of Libertarian Studies*, v. 9, n. 2, [s.d.].

ROTHBARD, Murray N. Nações por Consentimento: Decompondo o Estado-Nação. *Journal of Libertarian Studies*, v. 11, n. 1, [s.d.].

SANDERS, John T. O Modelo de Mercado Livre versus o Governo: Uma Resposta a Nozick. *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 1, [s.d.].

SMITH, George H. Empreendedorismo de Justiça em um Mercado Livre. *Journal of Libertarian Studies*, v. 3, n. 4, [s.d.]. (Contém comentários de Steven Strasnick, Robert Formaini e Randy Barnett, e uma resposta de Smith na mesma edição).

SNEED, John D. Ordem sem Lei: Onde os Anarquistas Manterão os Loucos? *Journal of Libertarian Studies*, v. 1, n. 2, [s.d.].

STRINGHAM, Edward. Direito Escolhido pelo Mercado. *Journal of Libertarian Studies*, v. 14, n. 1, [s.d.].

TINSLEY, Patrick. Polícia Privada: Uma Nota. *Journal of Libertarian Studies*, v. 14, n. 1, [s.d.].

WATNER, Carl. A Teoria Proprietária da Justiça na Tradição Libertária. *Journal of Libertarian Studies*, v. 6, n. 3-4, [s.d.].

